

REVISTA APAE CIÊNCIA

v. 24, n° 2 - jul/dez- 2025



Revista Apae Ciência

Faculdade Apae Brasil
Dr. Eduardo Barbosa

Revista Apae Ciência

v.24, n°. 2 - jul/dez - 2025

copyright © 2025 por Apae Brasil

Editoração e Revisão
Faculdade Apae Brasil
Dr. Eduardo Barbosa

Diagramação e Capa
Faculdade Apae Brasil
Dr. Eduardo Barbosa

Apoio:



CONSELHO EDITORIAL

Dra. Erenice Natália Soares de Carvalho - Associação Objetivo de Ensino Superior / Dr. Jorge Amaro de Souza Borges - Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades do Rio Grande do Sul / Dra. Denise Gisele Silva Costa – Instituto de Ensino e Pesquisa Uniapae de São Paulo / Ms. Julliana Morgado Rocha – Instituto de Diagnóstico, Pesquisa e Ensino da Apae de Belém / Dra. Rosana Glat - Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Dra. Júlia Sursis Nobre Ferro Bucher-Maluschke - Universidade de Brasília (in memorian).

CONSELHO CIENTÍFICO

Dra. Adriane Melo de Castro Menezes - Instituto Insikiran / Universidade Federal de Roraima / Dra. Albertina Mitjáns Martínez - Universidade de Brasília / Dra. Andreia Cabral Colares Pereira - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense / Dra. Annie Gomes Redig - Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Dra. Danielle Sousa Silva - Instituto de Educação Superior de Brasília / Dra. Erika Maria Parlato-Oliveira – Université Paris Diderot, Paris 7, França. / Dr. Everton Luís Pereira – Universidade de Brasília / Dr. Fernando Augusto Ramos Pontes - Universidade Federal do Pará / Dra. Iasmin Zanchi Boueri - Universidade Federal do Paraná / Dr. João Monteiro de Pina-Neto – Universidade de São Paulo / Dr. Jonas Carvalho e Silva – Pesquisador associado da Technische Universität TU Dortmund, Alemanha / Dra. Kátia Rosa Azevedo - Universidade de Brasília / Ma. Laiana Soeiro Ferreira – Universidade Federal do Pará / Dra. Maria Amélia Almeida – Universidade Federal de São Carlos / Dra. Patrícia Carla de Souza Della Barba - Universidade Federal de São Carlos / Dr. Rui Fernando Pilotto - Universidade Federal do Paraná / Dra. Sabrina Fernandes de Castro - Universidade Federal de Santa Maria / Dra. Simone Souza da Costa Silva - Universidade Federal do Pará / Dr. Vítor Franco – Universidade de Évora, Portugal. / Dr. Wederson Rufino dos Santos – Faculdade de Ciências da Saúde de Unaí.

EDITORES CIENTÍFICOS

Dr. Jorge Amaro de Souza Borges - Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades do Rio Grande do Sul / Dra. Denise Gisele Silva Costa – Instituto de Ensino e Pesquisa Uniapae de São Paulo.

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Me. Guilherme da Rocha Campos

ASSISTENTE EDITORIAL

Ananji Peixoto

EQUIPE DE APOIO

Graziela de Castro Oliveira Gualberto

FICHA CATALOGRÁFICA

Even3 Publicações

REVISÃO

Revisamos

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Luiz Paulo dos Santos Souza

SUMÁRIO

EDITORIAL	7
DIREITOS HUMANOS E PESSOA COM DEFICIÊNCIA: MARCOS LEGAIS DE PROTEÇÃO - Marisa Garcia Lucas e Nanci Soares.....	10
O IMPACTO DO PROJETO DE EXTENSÃO “FORTALECENDO OS DIREITOS E A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA” E DO CUIDADO INTEGRAL NO CONTEXTO DA DEFICIÊNCIA NO COTIDIANO DA PESSOA IDOSA - Nicole Ming Kee Tin, Heloisa Pilotto Fernandes Salviano, Anaísa Leal Barbosa Abrahão, Adriana Giaqueto Jacinto e Viviane Cristina S. Vaz.....	18
O ENVELHECIMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DAS SUAS CUIDADORAS: REFLEXÕES A PARTIR DA ATUAÇÃO DAS APAES/SP - Aline Lima Silva, Andreia Ap. Reis de Carvalho Liporoni e Pamela Araujo Toledo.....	28
PROGRAMA DE CONSULTORIA PARA GESTÃO E MONITORAMENTO DOS CUIDADOS DE SAÚDE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO: RELATO DE EXPERIÊNCIA - Natalie Torres Matos e Cristiane Luiz.....	36
ENTRE LINHAS E LIMITES: DEFICIÊNCIA INTELECTUAL, EXCLUSÃO E ENVELHECIMENTO EM “FLORES PARA ALGERNON” - Paulo Roberto Alves da Silva e Guilherme Faria de Siqueira.....	42
EDUCOMUNICAÇÃO CONTRA A COLONIALIDADE DIGITAL: PROTAGONISMO E LETRAMENTO MIDIÁTICO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA APAE DE SÃO LUÍS - José Gabriel Meneses Sousa E Rosinete de Jesus Silva Ferreira.....	49
(IN)VISIBILIDADES DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO REGIME CONTEMPORÂNEO DE IMAGENS: UM RELATO DE PESQUISA - Cláudia Linhares Sanz, Fátima Lucília Vidal Rodrigues, Fabiane de Souza, Mirella Pessoa, Clara Nogueira Marinho, Evelyn Marques Rodrigues, Giovanna Palatucci, Mariana Sardinha Barros e Sophia Teixeira de Oliveira.....	57

EDITORIAL

Profa. Dra. Denise Gisele Silva Costa

É com satisfação que apresentamos a edição 24 nº 2 da Revista APAE Ciência, periódico que vem se consolidando como um espaço qualificado para a divulgação científica e para o debate crítico relacionado a questão das pessoas com deficiência intelectual, múltipla e autismo.

Nesta edição, reunimos estudos que abordam, de forma aprofundada, os processos de envelhecimento de pessoas com deficiência e de seus cuidadores — temática que se impõe como um dos grandes desafios contemporâneos para pesquisadores, profissionais e gestores da área, bem como para a sociedade em geral. Esses artigos resultam das produções apresentadas no VI Congresso Científico Online da Federação das APAEs do Estado de São Paulo, evento que tem ampliado significativamente o escopo e a densidade das discussões científicas no campo.

Além disso, esta edição incorpora contribuições que enriquecem a pluralidade temática do periódico, incluindo análises sobre Educomunicação e colonialidade digital, bem como reflexões acerca da (in)visibilidade da pessoa com deficiência no regime contemporâneo de imagens. Tais abordagens ampliam o debate acerca da representação social, da visibilidade e do protagonismo das pessoas com deficiência, reforçando o compromisso da revista com perspectivas críticas, inclusivas e socialmente comprometidas.

Destaca-se, ainda, a heterogeneidade do perfil dos autores, característica que enriquece o diálogo interdisciplinar e favorece um debate qualificado e plural acerca das questões contemporâneas relacionadas à deficiência. A diversidade de perspectivas — oriundas de diferentes campos de atuação, experiências profissionais e trajetórias acadêmicas — reforça a complexidade do tema e amplia as possibilidades de análise crítica e proposição de soluções inovadoras.

Espera-se que este conjunto de manuscritos contribua de forma substantiva para o aprofundamento do embasamento teórico, bem como para a fundamentação de práticas transformadoras comprometidas com a promoção da inclusão e com o fortalecimento do protagonismo das pessoas com deficiência em nossa realidade social.

O artigo “Direitos Humanos e Pessoa com Deficiência: Marcos Legais de Proteção” analisa o envelhecimento das pessoas com deficiência a partir do Estatuto da Pessoa com Deficiência e da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, destacando a necessidade de garantir dignidade, igualdade e oportunidades a esse público. O estudo evidencia a heterogeneidade das experiências de envelhecimento — compreendidas como velhices diversas — e examina os marcos legais brasileiros, apontando avanços e desafios para a efetivação dos direitos. Conclui-se pela urgência de materializar plenamente tais garantias nas políticas públicas e nas práticas sociais.

Em seguida o estudo analisa a experiência de parentalidade exercida por pessoas idosas no cuidado de indivíduos com deficiência, a partir da avaliação dos impactos do projeto de extensão “Fortalecendo os direitos e a inclusão da pessoa com deficiência”. Com abordagem qualitativa, foram realizadas entrevistas com cuidadores idosos vinculados à APAE de Franca/SP. Os resultados apontam para efeitos positivos do projeto, especialmente no fortalecimento do conhecimento legislativo, da compreensão dos direitos sociais e na ampliação das oportunidades de socialização. Evidencia-se, contudo, que a parentalidade em idade avançada, no contexto da deficiência, é atravessada por desafios significativos, notadamente aqueles relacionados à elevada demanda de cuidados decorrente da reduzida autonomia das pessoas assistidas.

O ensaio “O envelhecimento de pessoas com deficiência e das suas cuidadoras: reflexões a partir da atuação das APAEs/SP” que integra esta edição, tem como propósito analisar os impactos do processo de envelhecimento das pessoas com deficiência e de seus familiares — sobretudo das mulheres que assumem majoritariamente os cuidados diários — sobre a dinâmica dos serviços de assistência social ofertados pelas APAEs. Para fundamentar a discussão, as autoras desenvolveram um estudo bibliográfico orientado por um percurso teórico-metodológico que contempla tanto as especificidades do envelhecimento no contexto brasileiro quanto suas repercussões nos atendimentos realizados pelas instituições apaeanas paulistas. O estudo busca fortalecer o debate acerca da temática, contribuindo para o avanço de investigações futuras e para o delineamento de políticas públicas mais sensíveis, qualificadas e direcionadas às particularidades desse público.

Na seção dedicada aos cuidados de saúde de pessoas com deficiência intelectual no processo de envelhecimento, as autoras apresentam um relato de experiência que descreve a criação e o desenvolvimento de um Programa de Consultoria voltado à gestão e ao monitoramento dos cuidados em saúde destinados a esse público. Idealizado por duas terapeutas ocupacionais especialistas, o programa emerge da necessidade de formular estratégias intersetoriais e integradas, capazes de responder à complexidade das demandas apresentadas por pessoas com deficiência intelectual em processo de envelhecimento. Os resultados relatados revelam avanços significativos na qualificação das práticas de cuidado, no monitoramento das perdas funcionais, na manutenção da independência relativa às habilidades remanescentes e na promoção da inclusão social, apontando para o potencial do programa em contribuir para abordagens mais eficazes e humanizadas no campo do envelhecimento e deficiência.

Em “Entre Linhas e Limites: Deficiência Intelectual, Exclusão e Envelhecimento em Flores para Algernon” os autores apresentam uma análise da obra de Daniel Keyes, cuja narrativa literária sensível e profundamente humana acompanha a trajetória de Charlie Gordon, um homem com deficiência intelectual submetido a um experimento que altera, de forma temporária, suas habilidades cognitivas. Por meio dos relatos do protagonista, o leitor é conduzido a uma reflexão sobre os múltiplos contornos da exclusão vivenciada por pessoas com deficiência — desde formas sutis de desconsideração e infantilização até manifestações explícitas de meritocracia vinculadas à capacidade intelectual.

A leitura proposta estabelece um paralelo simbólico entre o declínio cognitivo vivido pelo personagem e o processo de envelhecimento de pessoas com deficiência, temática ainda pouco explorada nos campos acadêmico, literário e nas políticas públicas. Com base em uma abordagem qualitativa e em uma perspectiva interdisciplinar, o estudo articula contribuições da literatura, dos estudos da deficiência e da educação inclusiva para discutir tanto as exclusões estruturais quanto as micropolíticas de desvalorização que atravessam a vida desses sujeitos. Ao tomar a trajetória de Charlie Gordon como eixo de análise, o artigo destaca a necessidade de práticas sociais, educacionais e políticas que reconheçam a dignidade humana para além da produtividade, assegurando cuidado, escuta, respeito e pertencimento às pessoas com deficiência em todas as fases da vida — com atenção especial à velhice, etapa permeada por vulnerabilidades múltiplas e historicamente negligenciada.

O artigo “Educomunicação Contra a Colonialidade Digital: Protagonismo e Letramento Midiático de Pessoas com Deficiência Intelectual na APAE de São Luís” relata a experiência de oficinas de influenciadores digitais, articulando comunicação, educação e inclusão digital como formas de resistência à colonialidade da informação.

Com metodologia qualitativa — incluindo observação participante e análise de registros audiovisuais — o estudo demonstrou que o letramento midiático e o uso crítico das redes sociais fortaleceram a autoestima, a autonomia e a cidadania comunicativa das pessoas com deficiência intelectual. A experiência evidencia que práticas educomunicativas podem atuar

como estratégias emancipadoras, contribuindo para reduzir o capacitismo estrutural e a exclusão digital.

Finalizamos essa edição com artigo “(In)Visibilidades da Pessoa com Deficiência no Regime Contemporâneo de Imagens” que apresenta o percurso metodológico de uma pesquisa de dois anos sobre como pessoas com deficiência são simultaneamente visibilizadas e invisibilizadas nas produções imagéticas contemporâneas, especialmente no campo filmico. A partir de três movimentos centrais — revisão de literatura, investigação histórico-filmica e revisão filmica — o estudo evidencia que grande parte das representações ainda reforça estereótipos, narrativas de isolamento e discursos de superação. Os resultados apontam para a necessidade de uma compreensão crítica da visibilidade, a fim de superar limites simbólicos que sustentam desigualdades no imaginário social.

Agradecemos às autoras(es), revisoras(es) e colaboradoras(es) que tornaram esta publicação possível, e esperamos que esta edição contribua significativamente para o avanço das reflexões, das pesquisas e das práticas profissionais voltadas às pessoas com deficiência. As análises aqui reunidas evidenciam a urgência de abordagens interdisciplinares e críticas, capazes de dialogar com a complexidade das experiências de vida das pessoas com deficiência e de seus cuidadores, ao mesmo tempo em que apontam caminhos para a transformação das políticas públicas, das práticas socioassistenciais, educacionais e de saúde, e das formas como a sociedade comprehende, retrata e interage com a diversidade humana

Reafirmamos o compromisso da Revista APAE Ciência com a produção científica de qualidade, ética e socialmente engajada, e convidamos nossas(os) leitoras(es), pesquisadoras(es) e profissionais do campo a seguirem construindo, conosco, uma sociedade mais inclusiva, justa e sensível à diversidade humana.

Boa leitura!

DIREITOS HUMANOS E PESSOA COM DEFICIÊNCIA: MARCOS LEGAIS DE PROTEÇÃO

HUMAN RIGHTS AND PERSONS WITH DISABILITIES: LEGAL FRAMEWORKS FOR PROTECTION

Marisa Garcia Lucas¹

Nanci Soares²

RESUMO

Este ensaio teórico tem por objetivo analisar os direitos humanos e o envelhecimento de pessoas com deficiência, que estão garantidos no Estatuto da Pessoa com deficiência e na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, buscando assegurar uma vida digna, de igualdade, respeito e oportunidades para as pessoas com deficiência idosas. O método eleito é o materialismo histórico-dialético, que permitirá fazer aproximações com a realidade social e histórica, considerando as relações materiais e as contradições internas do referido fenômeno. Utilizou-se, para tanto, uma pesquisa bibliográfica e documental. Inicialmente, apresentaremos o aumento populacional das pessoas com deficiências idosas e os seus desafios no século XXI, para um envelhecimento digno. Em seguida, realiza-se uma análise sobre o processo de envelhecimento e velhice da pessoa com deficiência, numa perspectiva de totalidade, rompendo com a homogeneização a-histórica atribuída ao processo de envelhecimento, mostrando que não é um grupo homogêneo, mas uma unidade na diferença e com diferenças, ou seja, existe velhice e velhices. Aborda-se os marcos legais de proteção à pessoa com deficiência no Brasil, os seus avanços e desafios. Conclui-se que houve avanços no Brasil, em termos de proteção social para a pessoa idosa com deficiência, mas é preciso a materialização desses direitos.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência. Envelhecimento. Direitos Humanos. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

ABSTRACT

This theoretical essay aims to analyze the human rights and aging of people with disabilities, as guaranteed in the Statute of Persons with Disabilities and the Convention on the Rights of Persons with Disabilities, seeking to ensure a dignified life of equality, respect, and opportunities for elderly people with disabilities. The chosen method is historical-dialectical materialism, which allows for connections with social and historical reality, considering the material relations and internal contradictions of the aforementioned phenomenon. Bibliographic

¹ Assistente Social na APAE de Franca/SP. Mestranda e Bolsista CAPES no Programa de Pós-graduação em Serviço Social, pela UNESP de Franca/SP. Membro do grupo de estudo e pesquisa Envelhecimento, Políticas Públicas e Sociedade (GEPEPPS) e do grupo de estudo e pesquisa GEPEDI. E-mail: marisa.garcia@unesp.br

² Assistente Social. Bolsista de Produtividade CNPq. Doutora em Serviço Social, pela UNESP de Franca/SP. Pós-doutora, pela Universidade de Aveiro, Portugal. Professora Assistente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, do Campus de Franca. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa Envelhecimento, políticas públicas e sociedade (GEPEPPS). E-mail: nanci.soares@unesp.br

and documentary research were used. Initially, we will present the population increase of elderly people with disabilities and their challenges in the 21st century for aging with dignity. Next, an analysis of the process of aging and old age of people with disabilities is carried out, from a perspective of totality, breaking with the ahistorical homogenization attributed to the aging process, showing that it is not a homogeneous group, it is a unity in difference and with differences, that is, there is old age and old ages. The legal frameworks for protecting people with disabilities in Brazil, their advances, and challenges are discussed. It is concluded that there have been advances in Brazil in terms of social protection for elderly people with disabilities, but these rights need to be materialized

Keywords: Person with a disability. Aging; Human Rights. Convention on the Rights of Persons with Disabilities.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, analisaremos os direitos humanos, a pessoa com deficiência e o processo de envelhecimento e velhice, mostrando que são sujeitos de direitos, com proteção específica garantida por leis e tratados internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, bem como a maneira como essas proteções podem promover a inclusão e o bem-estar dessas pessoas. Embora tenha havido um significativo avanço no Brasil e nas garantias legais da pessoa com deficiência, Vaz et al. (2018) afirmam que:

[...] o enfrentamento e as estratégias de acesso aos direitos muitas vezes são acessados judicialmente. Pensar em políticas públicas é pensar na inclusão da pessoa com deficiência e no acesso aos processos de socialização, no acesso a bens e serviços, no acesso aos recursos econômicos, políticos, culturais, no arcabouço dos direitos humanos (Vaz, et al., 2018, p. 1).

A temática “Direitos humanos e a pessoa com deficiência em processo de envelhecimento” é relevante e atual, pois envolve a garantia de direitos básicos e a promoção da inclusão social das pessoas com deficiência, principalmente quando se trata de pessoa idosa com deficiência.

Outro ponto importante na contemporaneidade é o aumento populacional da pessoa idosa com deficiência e os desafios para o século XXI, para garantir uma velhice digna na sociedade do capital para esta população. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

Enquanto apenas 2,2% da população de 2 a 14 anos tinha alguma deficiência, esse percentual sobe para 5,4% entre 15 e 59 anos e atinge 27,5% entre as pessoas com 70 anos ou mais. Idosos com 60 anos ou mais representavam 45,4% desse público (Agência IBGE, 2025).

Sabemos que no cotidiano, essas pessoas com deficiência enfrentam diversos desafios, mesmo com os avanços em políticas de inclusão, entre eles destacamos preconceito, discriminação, dificuldade de acesso a espaços públicos, aos direitos sociais, educação, saúde, entre outros.

Haroldo Cathedral (2025) lembra que a população brasileira está envelhecendo e ressalta que, no caso de pais e cuidadores de pessoas com deficiência, há uma preocupação

adicional. “[Eles] também vivem a velhice e não sabem como será a vida de seu ente após o seu falecimento” (Agência Câmara de Notícias, 2025, p. 1).

Nas últimas décadas, tem crescido o percentual de pessoas com deficiência entre as pessoas com 65 anos ou mais,

Nesse grupo, chega a 29% o percentual de mulheres que declaram ter alguma deficiência severa, enquanto os homens são 24,8%. Entre as idosas, a deficiência motora é a mais comum, com 17,3% de incidência, enquanto entre os idosos, a deficiência visual é a mais frequente, com 12,5%. O IBGE relaciona a maior proporção de mulheres com doenças motoras à maior incidência da osteoporose (Agência IBGE, 2025).

Já nos homens, 24,8% têm alguma deficiência severa, porém não declaram se o percentual se refere a uma deficiência congênita (presentes no nascimento) ou adquiridos ao longo da vida.

Ainda segundo os dados do IBGE, em relação à população geral no Brasil e as pessoas com deficiência, os dados relacionados ao aumento na expectativa de vida,

[...] foi de 2,6 anos nas últimas duas décadas, nesse mesmo período, o aumento da expectativa de vida para pessoas com deficiência intelectual (DI) foi de 20 anos, passando de 35, em 1991, para 55 anos, nas décadas seguintes, segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde) (Agência IBGE, 2025).

As projeções do IBGE no último censo, mostraram que 63% das pessoas idosas brasileiras afirmaram ter algum tipo de deficiência.

As pessoas com deficiência estão vivendo mais, porém viver mais não significa qualidade de vida, é necessário “construir, articular, promover e implementar práticas e políticas inclusivas com os diversos setores da sociedade para garantir os direitos humanos, prioritariamente das pessoas com deficiência” (Mais Diferenças, São Paulo, 2020, p. 3).

Dessa forma, o presente artigo vislumbra demonstrar que, com o aumento da população com deficiência que está vivenciando o processo de envelhecimento, o entendimento da velhice em uma perspectiva crítica e o acesso integral às políticas públicas e sociais se fazem necessários.

ENVELHECIMENTO EM UMA PERSPECTIVA CRÍTICA E A LUTA ANTICAPACITISTA

Compreender a velhice em uma sociedade capitalista, muitas vezes, não ultrapassa a imediatidade da vida real, afirmam Soares et al (2017, p. 173), “não refletindo sobre as contradições do envelhecimento sobre o embate entre capital e trabalho, numa sociedade em que os/as velhos trabalhadores/as são penalizados/as por sua condição de vida”. Essa situação se agrava ainda mais no envelhecimento da pessoa com deficiência.

Em linhas gerais, assim como o racismo e o machismo, o capacitismo é uma forma de nominar a opressão e discriminação sofrida pelas pessoas com deficiência, sob os padrões culturais hegemônicos deste sistema (CFESS/CRESS, 2023 p. 81).

O anticapacitismo é a luta contra esta postura discriminatória e preconceituosa que hierarquiza pessoas, de acordo com os seus corpos.

O enfrentamento do capacitismo pressupõe a superação da concepção da deficiência como sinônimo de incapacidade, sobretudo em uma sociedade na qual o valor das pessoas se dá a partir de sua inserção em processos de produção e reprodução de relações sociais (CFESS manifesta, 2024, p.1).

Assim, pensando a população idosa na diversidade e nas suas desigualdades, as reflexões apontam, a importância de compreender a velhice numa perspectiva de totalidade, pois mostrará que a velhice é profundamente marcada pelas desigualdades sociais – e nos seus segmentos de classe, gênero, raça/cor/etnia, sexualidades e regionalidade dentre outros indicadores. É preciso entender o envelhecimento como um problema social, pelas restrições “físicas, fisiológicas ou biológicas do organismo, pelo crescimento demográfico da população idosa, pelas restrições de papéis sociais, familiares, trabalhistas” (Teixeira, 2009, p. 64), unificando as problemáticas sociais que atingem a classe trabalhadora, como se existisse apenas um aspecto de velhice e não outras expressões de velhices. Essa concepção de envelhecer é estereotipada e reducionista.

Para o Serviço Social, é importante compreender o processo de envelhecimento e a velhice da pessoa com deficiência, numa perspectiva crítica, considerando:

[...] a desigualdade, a heterogeneidade e a diversidade social, cultural, biológica e psicológica do processo, ou seja, devem levar em consideração as condições de produção e de reprodução na ordem do capital, capazes de explicar as relações entre singularidade, particularidade e totalidade no modo de envelhecer (Teixeira, 2017, p. 201).

Nesse sentido, a velhice é compreendida como uma construção social resultante dos processos de produção e reprodução da ordem capitalista, sendo, para muitos/as, uma experiência trágica, de acordo com Eneida Haddad (2016). A velhice, pelo contrário, deveria ser uma fase da vida “marcada pelo descanso do trabalho, protegida pela família, pelas políticas sociais e acolhida pela sociedade, ser a evidência do coroamento da decrepitude, do abandono e da negação de qualquer indício de realização da emancipação humana” (Campelo; Paiva, 2014, p. 30).

Entende-se o processo de envelhecimento e a velhice da pessoa com deficiência, numa perspectiva crítica, que são reconhecidas como sujeitos de direitos, evidenciando a importância das lutas pela garantia e materialização dos direitos sociais. Isso acontece mesmo em um contexto histórico adverso, desde 1990, no Brasil, com o projeto da classe dominante de inspiração neoliberal, social-liberal ou neodesenvolvimentista, que realizou sucessivas manobras de desmonte dos direitos sociais conquistados na Constituição Federal de 1988, principalmente na segurança social.

Para Iamamoto (2007, p. 221), os/as assistentes sociais, no seu trabalho cotidiano, enfrentam situações singulares vividas, pelos sujeitos singulares. O/a profissional é “desafiado/a desentranhar da vida dos sujeitos singulares que atendem as dimensões universais e particulares que aí concretizam, como condição de transitar suas necessidades sociais de esfera privada para a luta por direitos na cena pública”. Destacamos, nesse sentido, a relevância dos movimentos sociais na luta pela materialização dos direitos sociais das pessoas com deficiência, com vistas a uma sociedade mais humana, calcadas nos pilares da emancipação do indivíduo.

Nesse aspecto, gostaríamos de destacar o trabalho da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (SNDPI), pelo trabalho realizado, que está propondo políticas e estratégias visando à promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa, reduzindo vulnerabilidades e combatendo as violações de direitos, de forma a contemplar as velhices plurais e garantir o pleno exercício dos direitos humanos e da cidadania. Segundo o Secretário, “a elaboração e a implementação de políticas para garantir os direitos humanos das pessoas idosas e das demais pessoas em processo de envelhecimento são prioridades da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (SNDPI)”.

No próximo item, refletiremos sobre os marcos legais de proteção à pessoa idosa com deficiência, que visam garantir a igualdade de direitos e oportunidades, promovendo a cidadania e a inclusão social.

MARCOS LEGAIS DE PROTEÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

A construção histórica da pessoa com deficiência é transpassada por questões de cunhos religiosos, biológicos e estigmatizantes, com mudanças pontuais dentro de cada contexto social, econômico, cultural e de raça e etnia. Lucas (2023) reflete sobre como as pessoas com deficiência foram rotuladas ao longo da história e consideradas como seres incompletos por aqueles que se autodenominavam “perfeitos”.

O movimento político da pessoa com deficiência passou por diversos percalços. Ao longo da sociabilidade humana, as compreensões sobre deficiência se materializaram em torno da ideia de tragédia pessoal, castigo ou obra do azar (Lucas; Silva, 2024). Tais compreensões deram espaço ao saber biomédico, que consideravam a deficiência de forma individualizada, o qual compreende a deficiência como consequência de uma doença ou acidente, capaz de gerar alguma incapacidade a ser superada mediante tratamento de reabilitação (Maior, 2017).

Diniz et al. (2009) e Maior (2017) apontam que a partir da consolidação dos estudos acerca da deficiência, em 1960, o movimento de reivindicações de direitos e lutas das pessoas com deficiência passou por um aumento significativo, tendo como pauta principal o reconhecimento como protagonistas das suas próprias vidas.

Assim, surge o modelo social da deficiência, que busca compreender a deficiência como resultado dos arranjos socioeconômicos provenientes da relação capital-trabalho, bem como das estruturas sociais da sociedade como um todo, sendo essa, a maior barreira para a concretização da plena participação social da pessoa com deficiência.

No Brasil, a década de 1980 corresponde ao período mais importante para os ativistas do movimento político e social das pessoas com deficiência. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a pessoa com deficiência passou a ser reconhecida como sujeito de direitos, a qual no artigo 5º dispõe que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo a todos o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (Brasil, 2025).

Cerca de 20 anos depois da Carta Magna, o Brasil promulga a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. A Convenção tem como propósito promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente (Brasil, 2009).

Concordamos com Vaz (2020), ao enfatizar que um país que ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência aceita estar juridicamente vinculado à obrigação de tratar as pessoas com deficiência como sujeitos de direito e com direitos definidos.

Outro ponto de grande importância da Convenção é sobre o conceito de deficiência, que propõe uma definição que reconhece a experiência da opressão vivida pelas pessoas com deficiência. A Convenção se refere às pessoas que têm impedimentos em longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir a sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (Brasil, 2009).

Esse novo conceito supera a ideia de impedimento como sinônimo de deficiência, reconhecendo na restrição de participação plena e efetiva, o fenômeno determinante para a identificação da desigualdade pela deficiência (Diniz et al., 2009).

Com a promulgação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em novembro de 2011, foi sancionado, pela presidente Dilma Rousseff, o decreto nº 7.612, que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite. Contudo, em novembro de 2023, pelo decreto nº 11.793, é instituído pelo atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Novo Viver sem Limite. O atual documento estabelece ações intersetoriais nas áreas de saúde, educação, assistência social e demais direitos econômico, sociais, culturais e ambientais, visando à participação e gestão social, ao enfrentamento do capitalismo e da violência contra as pessoas com deficiência, bem como ao acesso à acessibilidade e às tecnologias assistivas.

Nesta construção dos mecanismos legais à proteção das pessoas com deficiência no Brasil, em 06 de julho de 2015, a presidente Dilma Rousseff promulgou a Lei nº 13.146, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Esta lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e procurou elencar outros assuntos que já vinham tramitando no Congresso Nacional, consolidando as leis e decretos que tratavam sobre a questão da deficiência (Vaz, 2020).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência é destinado a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais às pessoas com impedimentos, visando à sua inclusão social e cidadania.

Apenas recentemente, as demandas dessas pessoas foram reconhecidas como uma questão de direitos humanos. Tratar da temática que envolve a pessoa com deficiência é reconhecer que todas as pessoas têm o direito de acessar as condições necessárias para o seu desenvolvimento e pertencimento social.

Ainda hoje, nos deparamos com situações que colocam as pessoas com deficiência em condições de incapacidade, de improdutividade e sem valor. Assim, compreender a deficiência na sociedade contemporânea requer considerá-la como refração da questão social.

É necessário reconhecer que houve avanços legais que garantem os direitos das pessoas com deficiência, porém, no cotidiano, a efetivação desses direitos tem sido negada pelo Estado, que prioriza o capital financeiro, em detrimento da questão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analizar o aumento de pessoas com deficiência que estão vivenciando o processo de velhice em uma sociedade regida pelo ultroliberalismo, em uma perspectiva crítica, é essencial para compreender os marcadores sociais impostos a esse segmento ao longo da vida. Além disso, é importante entender que a trajetória de opressão e exclusão experimentada pelas pessoas com deficiência é reflexo deste sistema econômico, que visa apenas a exploração dos corpos como ferramenta para a acumulação de lucros.

A adoção da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência reconhece a questão da deficiência como um tema de justiça, direitos humanos e promoção da igualdade e, com isso, não podemos negar que o Brasil avançou em termos de proteção social, mesmo que de forma tardia. No entanto, na prática, a efetivação desses direitos, em muitos momentos e nos contextos de pauperização, tem sido negada pelo próprio Estado.

Podemos afirmar que, no campo da garantia de direitos das pessoas com deficiência, ainda há muito o que avançar, principalmente no que diz respeito ao envelhecimento deste grupo, ainda pouco ou quase nada debatido nos espaços das políticas públicas. Desse modo, compreende-se que o objetivo do artigo foi apresentar reflexões acerca do processo de envelhecimento da pessoa com deficiência, numa perspectiva crítica, a luta anticapacitista e a

construção do seu arcabouço legal, considerando os seus avanços e desafios, sem a pretensão de esgotar o tema, tendo em vista a existência de múltiplos fatores determinantes, que permeiam o universo sobre a pessoa com deficiência e das velhices.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Agência IBGE de Notícias. Censo 2022 aponta que Brasil tem 14,4 milhões de pessoas com deficiência. Disponível no site: <http://www.agenciadenoticias.ibge.gov.br/>. Acesso em: 31 jul. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2025. 488 p.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 21 jul. 2025.

PAIVA, Sálvia de Oliveira Campelo e. Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital. São Paulo: Cortez, 2014.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Anticapacitismo e exercício profissional: perfil de Assistentes Sociais com Deficiência. Brasília: CFESS, 2023. Disponível no site:<https://www.cfess.org.br/arquivos/LivroAnticapacitismoExercicioProfissional2023Cfess-Acessivel.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2025.

CFESS manifesta. Nossa Liberdade é Anticapacitista. 2024. Disponível no site: <https://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2024-DiaAS-site.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2025.

DINIZ, Débora; BARBOSA, Lívia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. Sur, Ver. Int. direitos humanos, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 65-77, dez. 2009.

HADDAD, Eneida G. de M. A ideologia da velhice. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

LUCAS, Marisa Garcia. O processo de lutas e conquistas de direitos da pessoa com deficiência: o trabalho do/a assistente social na perspectiva educativa contra o capacitarismo. In: IV Congresso Científico Online da Federação das APAEs do Estado de São Paulo, 4., 2023, São Paulo. Anais... São Paulo: FEAPAES-SP, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/iv-congresso-cientifico-online-da-feapaes-sp/702741-o-processo-de-lutas-e-conquistas-de-direitos-da-pessoa-com-deficiencia--o-trabalho-do-a-assistente-social-na-pers/>. Acesso em: 21 jul. 2025.

LUCAS, Marisa Garcia; SILVA, Ligia de Oliveira S. da. Atuação do/a assistente social com a Pessoa com Deficiência Intelectual e/o Transtorno do Espectro Autista e suas famílias. In: V

Congresso Científico Online da Federação das APAEs do Estado de São Paulo. Anais... São Paulo: FEAPAES-SP: 2024. Disponível em:<https://www.even3.com.br/anais/v-congresso-cientifico-das-apaes-do-estado-de-sao-paulo-510026/1020861-atuacao-doa-assistente-social-com-a-pessoa-com-deficiencia-intelectual-eou-transtorno-do-espectro-autista-e-su/>. Acesso em: 21 jul. 2025.

PROGRAMA DA RÁDIO CÂMERA DOS DEPUTADOS. Zé Haroldo Cathedral sugere mudanças em legislação para enfrentar envelhecimento das pessoas com deficiência. 2024. Disponível no site: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/painel-eletronico/1052070-ze-haroldo-cathedral-sugere-mudancas-em-legislacao-para-enfrentar-envelhecimento-das-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

SÃO PAULO. Mais Diferenças. Envelhecer é para todos: direitos da pessoa com deficiência idosa. 2020. Disponível em: https://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/09/Cartilha_EnvelhecerEParaTodos.pdf. Acesso em: 26 jul. 2025.

MAIOR, Izabel Maria M. de Loureiro. Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. Inclusão Social, [s.l.], v. 10, n. 2, p. 28-36, jan./jun., 2017. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4029>. Acesso em: 20 jul. 2025.

SOARES, Nanci; FARINELLI, Marta Regina; LIPORONI, Andreia Ap. R. de C. Conselho de direito: uma análise do controle democrático e a participação social dos velhos trabalhadores. In: COSTA, J. S. et al. (orgs.). Aproximações e ensaios sobre a velhice. Franca: Unesp-FCHS; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira. Argumentum. Vitória, v. 1, n. 1, p. 63-77, jul./dez. 2009.

TEIXEIRA, Solange Maria. Serviço Social e envelhecimento: perspectivas e tendências na abordagem da temática. In: COSTA, J. S. et al. (orgs.). Aproximações e ensaios sobre a velhice. Franca: Unesp-FCHS; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

VAZ, Viviane Cristina S. Ribeiro et al. Direitos humanos da pessoa com deficiência no Brasil: paradoxo da conquista de direitos. In: XVI ENPESS em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e Serviço Social, 16., 2018, Vitória. Anais... Vitória - ES: UFES, 2018.

VAZ, Viviane Cristina S. Ribeiro. Estado, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos no Brasil. In: IV CIDH, 5., 2020, Coimbra. Anais... Coimbra: CIDH, 2020.

O IMPACTO DO PROJETO DE EXTENSÃO “FORTALECENDO OS DIREITOS E A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA” E DO CUIDADO INTEGRAL NO CONTEXTO DA DEFICIÊNCIA NO COTIDIANO DA PESSOA IDOSA

THE IMPACT OF THE EXTENSION PROJECT “STRENGTHENING THE RIGHTS AND INCLUSION OF PERSONS WITH DISABILITIES” AND FULL-TIME CARE IN THE CONTEXT OF DISABILITY IN THE DAILY LIFE OF OLDER ADULTS

Nicole Ming Kee Tin ¹

Heloisa Pilotto Fernandes Salviano ²

Anaísa Leal Barbosa Abrahão ³

Adriana Giaqueto Jacinto ⁴

Viviane Cristina S. Vaz ⁵

RESUMO

A parentalidade é fundamental para o desenvolvimento humano e pode ser influenciada por interações e contextos mais amplos. Este estudo teve como objetivo analisar os efeitos do Projeto de Extensão “Fortalecendo os direitos e a inclusão da pessoa com deficiência”, a partir da perspectiva de idosas(os) participantes, explorando as suas vivências no cuidado de pessoas com deficiência (PcD). Trata-se de uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa e descritiva, na qual participaram seis cuidadores de PcD, sendo cinco mulheres e um homem (idades entre 63 e 77 anos), usuários da APAE/Franca. Foram feitas entrevistas semiestruturadas após a conclusão das atividades realizadas no âmbito do projeto de extensão, no ano de 2023. A partir disso, foram realizadas análises de frequência, temática e de nuvem de palavras, com o auxílio do software Iramuteq. Os resultados indicam benefícios do projeto nas dimensões de aumento de conhecimento legislativo, de direitos sociais e socialização. A parentalidade no contexto de PcD por pessoas idosas foi marcada por inúmeras dificuldades, especialmente na dependência de cuidados, em razão da ausência de autonomia.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência. Pessoa idosa. Parentalidade. Cuidado.

ABSTRACT

Parenting plays a fundamental role in human development and can be influenced by broader interactions and contexts. This study aimed to analyze the effects of the Extension Project “Strengthening the Rights and Inclusion of People with Disabilities”

¹ Estudante de Serviço Social, da UNESP – FCHS. E-mail: nicole.tin@unesp.br.

² Estudante de Direito, da UNESP - FCHS. E-mail: heloisa.salviano@unesp.br.

³ Profa. Dra. do DECSPP, da UNESP - FCHS. E-mail: anaisa.leal@unesp.br

⁴ Profa. Dra. do DSS, da UNESP - FCHS. E-mail: adriana.giaqueto@unesp.br

⁵ Profa. Dra. de Serviço Social e Coordenadora de assistência social, da APAE/Franca. E-mail: vivianeunifac@gmail.com

from the perspective of elderly participants, exploring their experiences in caring for a disabled person. This is a qualitative and descriptive field study involving six caregivers of people with disabilities (five women and one man, aged between 63 and 77), all served by APAE/Franca. Semi-structured interviews were conducted after the completion of the project's activities in 2023. Frequency, thematic, and word cloud analyses were performed using the Iramuteq software. The results indicate that the project contributed positively to increasing participants' knowledge of legislation, social rights, and opportunities for socialization. Parenting in the context of disability among older adults was marked by numerous challenges, particularly due to the dependence on care stemming from the lack of autonomy of the person cared for.

Keywords: Persons with disabilities. Elderly people. Parenting. Care.

INTRODUÇÃO

O cuidado, como trabalho essencial para a manutenção da vida e do bem-estar, permanece, frequentemente, invisibilizado na estrutura social, especialmente quando realizado por grupos marginalizados, que enfrentam desafios como sobrecarga física e emocional, bem como baixa remuneração (quando remunerado). Este artigo surge no contexto do Projeto de Extensão “Fortalecendo os direitos e a inclusão da pessoa com deficiência”, fruto de uma parceria entre a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) UNESP Franca, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) Franca e a Unidade Auxiliar Centro Jurídico e Social (UACJS), com o financiamento da Federação das APAES do Estado de São Paulo (FEAPAES/SP) e tem como objetivo contribuir com o empoderamento de famílias de pessoas com deficiência, pela educação popular freireana. Especificamente para este estudo, serão analisados os dados de cuidadoras(es) com 60 anos ou mais, participantes do projeto no ano de 2023, buscando reconhecer o cuidado como trabalho, considerando as suas condições e refletindo sobre os impactos das ações extensionistas no seu cotidiano.

A invisibilidade do trabalho de cuidado é um fenômeno estrutural, enraizado em normas patriarcais, que naturalizam a responsabilidade feminina pelas tarefas domésticas e assistenciais. Essa dinâmica reforça desigualdades de gênero, classe e raça, sobrepondo, principalmente, mulheres, pessoas em situação de pobreza e a população preta (Brasil, 2023). No caso das cuidadoras idosas, enfoque do trabalho, somam-se questões como exaustão física, isolamento social e falta de políticas públicas direcionadas, fatores que agravam a sua desproteção social. O projeto de extensão em análise atua como um espaço de acolhimento e formação, promovendo discussões sobre direitos e estratégias coletivas para enfrentar essas adversidades.

Ao articular teoria e prática, este trabalho contribui para o debate sobre justiça social e envelhecimento, destacando a urgência de políticas que reconheçam o cuidado como um direito e um trabalho digno. A experiência da extensão universitária, nesse sentido, revela-se como um caminho potente para transformar realidades individuais e coletivas.

O projeto de extensão

O projeto “Fortalecendo os direitos e a inclusão da pessoa com deficiência” é uma extensão universitária desenvolvida em parceria entre a FCHS/UNESP – Campus Franca, a FEAPAES/SP, a APAE/Franca e a Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social. O seu principal objetivo é empoderar as famílias de pessoas com deficiência atendidas pela assistência social da Apae de Franca, capacitando-as para a defesa e a garantia dos direitos sociais desses indivíduos.

Baseado na metodologia da educação popular de Paulo Freire, o projeto visa promover uma leitura crítica da realidade, incentivando a conscientização política e a transformação social pelo diálogo e pela participação ativa dos atendidos/usuários. A abordagem freireana é central no processo, por valorizar o conhecimento prévio das famílias e as estimularem a se tornarem agentes de mudança em suas próprias vidas e no meio social.

[...] é tão importante partir da realidade do educando quanto caminhar no sentido da superação, da ultrapassagem desse momento inicial, possibilitando a ele a ampliação do conhecimento crítico dessa realidade, garantindo o acesso ao conhecimento mais elaborado, como um instrumento a mais para melhor lutar contra a opressão (Freire, 1998, p. 13).

O trabalho é dividido em etapas, nas quais as/os extensionistas (estudantes de Serviço Social e de Direito da FCHS) passam por uma capacitação, que inclui estudos sobre direitos das pessoas com deficiência, políticas de inclusão e a metodologia freireana. Em seguida, são realizados encontros mensais com as famílias, nos formatos de oficinas e rodas de conversa, espaços abertos para a discussão acerca dos desafios cotidianos e estratégias para superá-los. Os temas abordados surgem das próprias demandas das famílias, garantindo um trabalho relevante e contextualizado.

Entre os resultados esperados, destacam-se o fortalecimento da autonomia das famílias, sua maior participação em espaços de controle social e a produção de conhecimento acadêmico sobre inclusão e direitos humanos. O projeto representa, assim, uma ponte entre a universidade e a comunidade, unindo teoria e prática para promover justiça social e cidadania. O projeto está em andamento desde 2023, e até o momento (09/06/2025), foram realizados um total de 14 encontros, com a participação de distintas famílias e as equipes da UACJS e APAE Franca, sob a coordenação de duas docentes da FCHS.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)

A APAE é uma Organização da Sociedade Civil (OSC), uma entidade privada, sem fins lucrativos, criada a partir da iniciativa civil de cidadãos ou grupos sociais, a fim de desenvolver atividades do interesse público, como assistência social, educação, saúde, cultura e direitos humanos (APAE, 2025).

Fundada no Brasil em 1954, com o objetivo principal de promover a inclusão social, a defesa de direitos e o atendimento especializado a pessoas com deficiência intelectual e múltipla, a sua atuação abrange três políticas: educação, saúde e assistência social, sempre visando à melhoria da qualidade de vida desse público e das suas respectivas famílias (FEAPAES, 2012).

A sua missão inclui a promoção e a defesa de direitos das pessoas com deficiência, combatendo a exclusão e garantindo acesso a políticas públicas. Além disso, a organização oferece atendimento especializado, prestando serviços gratuitos em saúde, como fisioterapia, fonoaudiologia e diagnósticos; educação, com escolas especializadas e inclusivas, bem como serviço socioassistencial, com apoio às famílias e inclusão no mercado de trabalho (APAE, 2025).

A APAE opera de forma organizada em quatro níveis. No âmbito municipal, cada unidade local oferece serviços diretos à comunidade, conforme direcionamento da diretoria. Os conselhos regionais articulam as APAEs de uma região para compartilhar informações, formação técnica, recursos e estratégias. Por sua vez, as federações estaduais (FEAPAES) coordenam ações em nível estadual e representam as APAEs politicamente. Por fim, a Federação

Nacional (FENAPAES) define diretrizes nacionais, promove campanhas e garante a unidade do movimento.

Para se manter, a APAE conta com parcerias com o poder público (municipal, estadual e federal), doações e contribuições de associados e parceiros privados, bem como promoções, além de certificações que garantem isenções fiscais e recursos, como o CEBAS.

Fundada em 1970, a APAE Franca iniciou as suas atividades em 1973, atendendo 25 crianças com deficiência na área da educação e saúde. Em 1977, inaugurou a sua sede própria, ampliando o atendimento para 82 alunos. Em 2025, a unidade conta com serviços socioassistenciais, atendimentos nas modalidades do Centro Dia, Serviço a Domicílio e Unidade Referenciada. Na Escola de Educação Especial, oferta Educação Infantil, Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, Núcleo Especializado de Atendimento ao Autismo e Educação Especial para o Trabalho, conforme previsão da LDB (Brasil, 1996). Por fim, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), compõe a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, ofertando serviço regional de saúde pelo Centro Especializado em Reabilitação (CER - II) e, de âmbito municipal, o Serviço de Atendimento Ambulatorial Especializado em Saúde (SAAES).

Portanto, pode-se afirmar que a APAE é um pilar na luta por uma sociedade inclusiva, combinando ação local com articulação nacional, o que contribui na transformação da vida das pessoas com deficiência e suas famílias.

O cuidado como trabalho

A cartilha da Política Nacional de Cuidados, Lei nº 15.069/24, define o cuidado como um conjunto de atividades essenciais para a vida e bem-estar, incluindo tarefas como alimentação, limpeza do ambiente, higiene pessoal, segurança alimentar e apoio a pessoas com algum grau de dependência. Essas atividades são reconhecidas como direito humano fundamental para a dignidade.

Porém, o documento aponta que a responsabilidade do cuidado recai desproporcionalmente sobre mulheres, em especial, pretas e de baixa renda. Essa desigualdade de gênero, raça e classe, limita a participação social dessas mulheres na sociedade, perpetua ciclos de pobreza e reforça a segregação de grupos marginalizados. A falta de políticas públicas nessa área acentua o problema e sobrecarrega as mulheres, reforçando a precariedade (Brasil, 2024).

Durante a pandemia de COVID-19, essa realidade ficou ainda mais evidente, com muitas mulheres sendo forçadas a abandonar os seus trabalhos para assumir responsabilidades adicionais de cuidado, impactando a sua autonomia econômica, independência, estabilidade familiar e a própria dor de abdicar de uma conquista em detrimento de um sistema patriarcal e machista. Diante desse cenário, a Lei nº 15.069/24 surge como uma resposta estratégica para reorganizar a provisão de cuidados no país. Os seus objetivos incluem compartilhar a responsabilidade entre Estado, família e comunidades, além de redistribuir o trabalho de cuidado entre homens e mulheres, assegurando direitos tanto para quem precisa de cuidados quanto para quem os presta (Brasil, 2023).

Não obstante, o trabalho do cuidado é comumente invisibilizado por um conjunto de fatores históricos, culturais, econômicos e sociais. As raízes patriarcas da sociedade trazem consigo a desvalorização do trabalho doméstico, apontando tarefas diárias, como o simples ato de lavar uma louça, como uma “obrigação feminina”, assim como quaisquer outras atividades que possam envolver tanto o lar quanto a família (Brasil, 2023).

A cultura impõe a compreender o cuidado como ato instintivo feminino, ligado à maternidade, colocando esse dever sobre mulheres, além de culpabilizá-las quando optam por não assumirem esse papel. O sexismo nos ensina a acreditar que o ato de cuidar é uma

habilidade inata das mulheres. Essa crença é usada para justificar o fato de que o trabalho de cuidar – emocional, físico e espiritual – seja imposto às mulheres, além de questionar que o cuidado não é um atributo natural, ele requer consciência e intenção (Hooks, 2000).

A importância dessa política é multidimensional, pois ela não apenas reduz desigualdades, mas também reconhece o cuidado como um direito social, combatendo a “pobreza de tempo” e a precarização do trabalho das cuidadoras, muitas vezes invisibilizadas (Brasil, 2024).

Unindo áreas como educação, saúde e assistência social, a política segue na construção de um sistema de cuidados justo e sustentável, alinhado com experiências internacionais e com urgentes demandas da sociedade brasileira. A política prevê ações integradas em cinco eixos: políticas de tempo (licenças-parentais), benefícios, serviços públicos, regulação trabalhista e campanhas de transformação cultural, para combater estereótipos de gênero (Brasil, 2024).

No contexto da Política Nacional de Cuidados, a parentalidade é um tema importante, pois se refere a um processo fundamental que age no microssistema (ambiente imediato da PcD, como a família). A qualidade das interações entre mães/pais/cuidadoras/es e filhas/os é crucial para o desenvolvimento, influenciado por interações diretas e cenários amplos (Bronfrenbrenner, 1996).

Realizada uma pesquisa na Scielo e nos Periódicos Capes, com os descritores “pessoa com deficiência; pessoa idosa; parentalidade; cuidado”, identifica-se que há escassez de estudos, demonstrando a importância do tema.

A parentalidade é descrita como um “conjunto de comportamentos com finalidade educativa” por parte das figuras parentais. Esse é um fenômeno relacional, educacional e psicossocial, influenciado por aspectos individuais, familiares e culturais, o que impacta diretamente no desenvolvimento cognitivo, emocional e moral da criança (Dias, 2025). Não obstante, Gomes (2025), ao abordar de maneira evolucionista o conceito de parentalidade, comprehende a parentalidade como recursos (tempo, energia, cuidado e afeto) que mães/pais alocam na criação dos seus filhos. O cuidador é a pessoa que assume a responsabilidade pelo cuidado de um familiar doente ou dependente, muitas vezes sem preparo prévio para essa função. Esse papel pode ser exercido por alguém com laços consanguíneos ou emocionais, como cônjuges, filhos ou até amigos próximos (Bicalho, 2008).

Diante do exposto acima, este estudo teve como objetivo analisar o Projeto de Extensão “Fortalecendo os direitos e a inclusão da pessoa com deficiência”, a partir da perspectiva de idosas(os) participantes, explorando também as suas vivências no cuidado de pessoas com deficiência.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de recorte transversal, do tipo descritiva, sendo este um recorte de um projeto maior.

Participantes

A amostra foi composta por 6 participantes, sendo 5 mulheres e 1 homem, de idades entre 63 e 77 anos. O critério de inclusão dos participantes foi ser usuário da APAE do município, exercer cuidados a PCD, ter participado do projeto em 2023 e aceitar participar da pesquisa.

Instrumentos

Os responsáveis legais foram os avaliadores.

Foi realizada uma entrevista semiestruturada (elaborada pelas autoras), contendo cinco questões que abordaram: (1) dados sociodemográficos; (2) recursos disponíveis para o cuidado de pessoas com deficiência; (3) dificuldades enfrentadas nesse cuidado e (4) nível de satisfação com o projeto em 2023.

Procedimentos

Após autorização e aprovação da direção da APAE do município e do Comitê de Ética da FCHS/UNESP, as/os responsáveis legais foram contatadas/os. Foi marcado um encontro com a amostra que aceitou participar. A entrevista foi realizada individualmente, em sala disponibilizada pela APAE, com duração de até 90min. As/os participantes preencheram o TCLE e a pesquisadora registrou as respostas em formulário após a conclusão do projeto, durante o mês 12/2023.

Procedimento de análise de dados

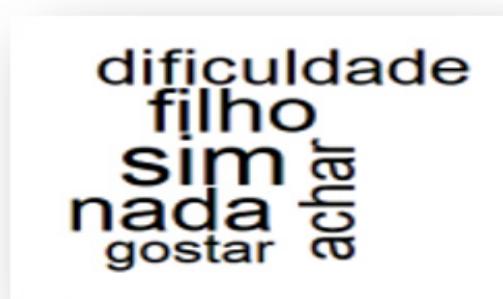
Os dados sociodemográficos foram analisados pela frequência pelo Excel e os resultados obtidos na entrevista, considerando a avaliação do Projeto de Extensão “Fortalecendo os direitos e a inclusão da pessoa com deficiência”, que foram submetidos ao software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRAMUTEQ), que desenvolve análises lexicais de textos, baseados em correlações estatísticas (Salviati, 2017). Para tanto, as respostas foram transpostas considerando as diretrizes do Iramuteq para corpus textuais e analisadas via nuvem de palavras. A nuvem de palavras é uma ferramenta visual, que ajuda a identificar termos mais relevantes em um texto, destacando palavras mais frequentes (no caso do IRAMUTEQ, destaca-se pelo tamanho e negrito das palavras). Essa técnica é amplamente utilizada em pesquisas qualitativas, permitindo a extração dos principais pontos de documentos, como artigos, entrevistas ou respostas de pesquisas (Salviati, 2017). Em relação às dificuldades na parentalidade de pessoas idosas no cuidado de PCD, foram identificadas as respostas pertinentes, com interpretação dos trechos a partir da análise temática (Braun;Clarke, 2006)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Avaliação e satisfação: Projeto de Extensão

Os resultados serão apresentados considerando a disposição das palavras em destaque construídas pelo Iramuteq, e interpretadas a partir de trechos das respostas dos participantes na avaliação do projeto.

Figura 1 - Análise de nuvem de palavras



Fonte: Elaboração própria, 2025

Conforme a Figura 1, observa-se a palavra “sim” como destaque principal da nuvem de palavras, reforçando que todas/os as/os 6 participantes analisadas/os são cuidadoras/es principais da pessoa com deficiência, sendo a/o única/o cuidadora/or do PCD. Exemplo: “Sim, sou” (Participante 3).

A partir disso, ao analisar a palavra “filho” em destaque, evidencia-se que a pessoa que necessita de cuidado possui parentesco direto com seus cuidadores, geralmente filho(a) do cuidador, bem como a satisfação e impactos do projeto, como presente no trecho: “Consegui a cadeira de rodas da minha filha” (Participante 3).

No tocante à avaliação de satisfação do Projeto de Extensão, a palavra “nada” demonstra que as/os participantes não possuem opiniões negativas quanto aos encontros realizados pelo projeto de extensão. Em concordância a isso, o termo “achar” se refere positivamente aos encontros, assim como a palavra analisada anteriormente. Exemplo: “Não achou nada negativo” (Participante 16, indicando os benefícios do projeto).

A palavra “dificuldade” foi usada para expressar a ausência de adversidades quanto ao projeto, quando perguntado aos participantes quanto a possíveis dificuldades nos encontros realizados, sendo pontuado como único impasse de um único participante a timidez ao falar em frente ao público: “Senti dificuldades de falar, sou tímida” (Participante 16). Esses achados revelam que atividades que envolvam o desenvolvimento de habilidades sociais de comunicação poderão ser positivas para essa população.

Por fim, a palavra “gostar” foi usada para expressar o contentamento com o projeto, como explicitou a participante 16 na fala: “Achei importante conhecer mais sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC), gostei de trocar ideias”. Nesse sentido, observa-se a validação da participante no tocante aos objetivos do Projeto, que inclui o compartilhamento de informações sobre direitos e formas de acesso.

Parentalidade de pessoas idosas no cuidado a PCD

Como apresentado na Lei nº 15.069/24, o cuidado de pessoas com deficiência recai, na sua maioria, sobre os seus familiares, geralmente exercido por mães, levando a uma discussão mais profunda sobre o envelhecimento da pessoa com deficiência dependente e da parentalidade exercida por pessoas idosas, foco desta categoria temática. Os dados apresentados neste artigo são fragmentos de um trabalho maior que vem sendo desenvolvido. Um exemplo da narrativa envolvendo dificuldades no cuidado está no trecho a seguir: “Passei a evitar muitos ambientes que costumava a ir quando meu filho nasceu” (participante 3).

Historicamente, a mulher é a cuidadora mais comum, devido às expectativas culturais, mas o cuidador familiar pode ser qualquer indivíduo que se dedica a atender as necessidades físicas, emocionais e sociais do cuidado, muitas vezes abdicando de fatores da própria vida, como lazer e bem-estar. Durante a pesquisa, foi identificado na fala da participante 6 o seguinte relato: “Ver outras pessoas na mesma situação”, ao ser questionada sobre o que considerou positivo nos encontros realizados em 2023. Essa afirmação evidencia que muitas mulheres vivenciam experiências semelhantes, o que reforça a importância de espaços que promovam o reconhecimento mútuo, a escuta ativa e o sentimento de pertencimento, contribuindo para a socialização desse grupo.

A/O cuidadora/or enfrenta desafios como estresse, cansaço, isolamento social e conflitos internos, especialmente quando assume a responsabilidade sozinho. A rotina exaustiva de cuidados pode levar ao abandono de atividades pessoais, lazer e até mesmo do autocuidado, resultando em um desgaste que afeta a sua qualidade de vida. Além disso, a falta de orientação adequada e suporte profissional pode aumentar a sensação de despreparo e insegurança (Bicalho, 2008).

Os resultados apontam que entre os 6 participantes cuidadores focados neste estudo, foram encontradas 5 mulheres (83,3%), das quais 100% são mães dos dependentes. Esse dado reafirma a predominância de mulheres cuidadoras, revelando a persistência de desigualdades de gênero no trabalho de cuidado, conforme apontado pela Política Nacional de Cuidados (Lei nº 15.069/24). Ademais, 100% dos participantes vivem apenas de benefícios governamentais, com renda familiar média de 2 salários-mínimos (vigente na data de 25/07/2025, no valor de R\$ 1518,00). Não obstante, apenas 2 entrevistados (33,3%) recebem aposentadoria e 2 cuidados PCD (33,3%) recebem o benefício de prestação continuada, resultando, assim, em algumas famílias que acabam se subsidiando de rendas informais. O art. 7º apresenta como incisos fundamentais: “X - O reconhecimento e a valorização do trabalho de quem cuida e do cuidado como direito, com a promoção da corresponsabilização social e entre homens e mulheres” (Brasil, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou os impactos do projeto de extensão “Fortalecendo os direitos e a inclusão da pessoa com deficiência” na vida de cuidadoras(es) idosas(os), destacando o seu papel no acesso a direitos e na socialização. Embora a iniciativa tenha proporcionado acolhimento e troca de experiências, os resultados revelaram desafios estruturais – como sobrecarga física, emocional e dependência de benefícios governamentais –, que demandam políticas públicas integradas, já que ações extensionistas isoladas não são suficientes para superar essas barreiras.

A pesquisa também evidenciou a feminização do cuidado, com cuidadoras idosas enfrentando dupla vulnerabilidade: socioeconômica (renda média de 2 salários-mínimos) e de

gênero, reforçando a necessidade de políticas que assegurem suporte financeiro e redistribuam as responsabilidades do cuidado.

A parentalidade exercida por pessoas idosas se revelou marcada por desafios complexos, como sobrecarga física e emocional, dependência financeira de benefícios governamentais e isolamento social, agravados pela ausência de autonomia da PCD. Embora projetos como esse reduzam o isolamento e promovam empoderamento, é urgente avançar em transformações estruturais no sistema de proteção social, reconhecendo o cuidado como direito humano e trabalho essencial para uma sociedade inclusiva, especialmente diante do envelhecimento populacional. Estudos futuros poderão investigar estratégias de corresponsabilização familiar e estatal no cuidado, além de análises quantitativas em maior escala que avaliem o impacto econômico e social de políticas públicas direcionadas a esse grupo. Em suma, destaca-se o cuidado como um trabalho e direito humano, cuja valorização é essencial para a construção de uma sociedade mais inclusiva, especialmente em um contexto de envelhecimento populacional e aumento da demanda por cuidados de longa duração.

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem ao apoio financeiro concedido pela FEAPAES-SP, para a realização deste estudo.

REFERÊNCIAS

APAE. A história das Apaes. Vila Velha. Disponível em: www.apaes.org.br/vila-velha/home. Acesso em: 03 jul. 2025.

BICALHO, C. S.; LACERDA, M. R.; CATAFESTA, F. Refletindo sobre quem é o cuidador familiar. *Cogitare Enfermagem*, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 118-123, jan./mar. 2008.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, Philadelphia, v. 3, n. 2, p. 77-101, jul. 2006. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1191/1478088706qp063oa> Acesso em: 01 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024. Institui a Política Nacional de Cuidados e estabelece diretrizes para a organização e o compartilhamento das responsabilidades de cuidado no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L15069.htm. Acesso em: 03 jul. 2025.

BRASIL. Ministério das Mulheres; Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Cartilha para elaboração da Política Nacional de Cuidados. 2023. Disponível em: https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/7_Orgaos/SNCF_Secretaria_Nacional_da_Politica_de_Cuidados_e_Familia/Arquivos/Cartilha/Marco_Conceitual.pdf Acesso em: 03 jul. 2025

BRONFENBRENNER, U. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Tradução de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

DIAS-VIANA, J. L.; NORONHA, A. P. P. Avaliação da Parentalidade: Características das Pesquisas e dos Testes Disponíveis no Brasil. Psico-USF, Campinas, v. 30, p. e275045, mai 2025.

FENAPAES (FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES). Manual de Fundação das Apaes. Brasília: FENAPAES, 2012. Disponível em: www.apaebrazil.org.br. Acesso em: 03 jul. 2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GADOTTI, Moacir. A concepção dialética da educação. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GOMES, C. M. S. et al. Imprevisibilidade e investimento parental em crianças com deficiências: um enfoque evolucionista. Revista Brasileira de Educação Especial, Corumbá, v. 31, p. e0181, mai. 2025.

HOOKS, bell. Tudo sobre o amor: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2000.

SALVIATI, M. E. Manual do Aplicativo Iramuteq (versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3). Planaltina, 2017. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/anexo-manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati>. Acesso em: 25 jul. 2025.

O ENVELHECIMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DAS SUAS CUIDADORAS: REFLEXÕES A PARTIR DA ATUAÇÃO DAS APAES/SP

THE AGING OF PEOPLE WITH DISABILITIES AND THEIR CAREGIVERS: REFLECTIONS FROM THE WORK OF APAE/SP

Aline Lima Silva¹

Andreia Ap. Reis de Carvalho Liporoni²

Pamela Araujo Toledo³

RESUMO

O presente ensaio tem o objetivo de demonstrar o impacto do processo de envelhecimento da pessoa com deficiência e dos seus familiares, sobretudo de mulheres responsáveis pelos cuidados diários das pessoas com deficiência atendidas pelas APAEs do estado de São Paulo, no serviço da assistência social. Para a construção, a análise e a reflexão da temática apresentada no artigo, realizou-se um estudo bibliográfico, com um percurso teórico-metodológico do processo de envelhecer no Brasil e os seus impactos nos atendimentos prestados nos serviços executados pelas APAEs, do estado de São Paulo. As autoras, posteriormente à autorização da Federação das APAEs do Estado de São Paulo (FEAPAES/SP), analisaram a pesquisa sobre o processo de envelhecimento realizada nas instituições filiadas à FEAPAES/SP. Sendo assim, almeja-se, com o estudo, fortalecer o debate sobre a temática apresentada, além de objetivar contribuir para futuras pesquisas e políticas públicas direcionadas ao público em específico.

Palavras-chave: Envelhecimento. Pessoa com Deficiência. Família. Política Pública.

ABSTRACT

The present essay aims to demonstrate the impact of the aging process of people with disabilities and their families—especially women responsible for the daily care of disabled people served by APAEs of the State of São Paulo—on the social assistance services. To construct, analyze, and reflect on the theme presented, a bibliographic study was conducted, following a theoretical-methodological approach to aging in Brazil and its effects on the services provided by APAEs in São Paulo. After obtaining authorization from the Federation of APAEs of the State of São Paulo (FEAPAES/SP), the authors analyzed research on the aging process carried out in institutions affiliated with FEAPAES/SP. Therefore, the study aims to strengthen the debate on the topic presented and contribute to future research and public policies aimed at this specific community.

Keywords: Aging. Person with Disabilities. Family. Public Policy.

¹ Graduada em Serviço Social, Especialista em gestão do SUAS e Projetos Sociais e Mestranda, pela Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” UNESP/Franca. E-mail: aline.l.silva@unesp.br.

² Doutora em Serviço Social, pela Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” – UNESP/Franca. E-mail: andreia.liporoni@unesp.br.

³ Graduada em Serviço Social, Especialista em Gestão de Projetos Sociais e Mestranda, pela Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” UNESP/Franca. E-mail: pamela.a.toledo@unesp.br.

INTRODUÇÃO

Envelhecer é algo natural vivenciado por todo ser vivo, de maneira individual, mas também coletiva. Envelhecer com qualidade de vida, dignidade e cuidados necessários é um direito que deve ser garantido e provido pelo Estado, pela comunidade e pela família. Contudo, o envelhecimento também pode ser heterogêneo e traz em si, expressões das vivências diárias em sociedade, influenciadas por questões relacionadas ao gênero, raça/etnia e classe social.

Tratando do envelhecimento de pessoas com deficiência e das suas famílias, ainda que existam diversos estudos sendo realizados, é necessário ampliar e fomentar a visibilidade e o reconhecimento dessa realidade para a sociedade e políticas públicas. Logo, o presente ensaio propõe uma reflexão teórica-metodológica utilizando fontes bibliográficas, que contribuem para a reflexão e a leitura do processo de envelhecimento de pessoas com deficiência e de mulheres responsáveis pelos cuidados. Ademais, foi realizada uma análise documental referente à recente Política Nacional de Cuidados do Brasil, que elucida o envelhecimento e o direito ao cuidado. Destarte, visando contribuir para o estudo, pesquisou-se as informações registradas nos bancos de dados oficiais do governo federal. Considerando a relevância da temática, as autoras, buscando compreender como o processo de envelhecer impacta na vida de mulheres responsáveis pelas pessoas com deficiência atendidas nos serviços executados pelas APAEs do Estado de São Paulo, analisaram a pesquisa sobre o processo de envelhecimento na Rede Apaeana paulista realizada pela coordenação estadual do envelhecimento da Federação do Estado de São Paulo - FEAPAES/SP.

Todo percurso de estudo realizado no artigo apresentou a relevância da ampliação da discussão do envelhecimento das pessoas com deficiência e das mulheres responsáveis pelos seus cuidados, as quais, muitas vezes, também estão vivenciando o processo de envelhecer, destacando assim, como a pesquisa realizada pela Federação das APAEs poderá contribuir diretamente para futuras propostas de atuação frente a essa população.

Dito de outro modo, espera-se com o estudo, contribuir para futuras pesquisas, além de demonstrar ao Estado a relevância da efetivação de políticas públicas efetivas às pessoas com deficiência e dos seus familiares, que estão vivenciando as expressões do envelhecimento diariamente, elucidando, dessa forma, a relevância do fortalecimento do serviço da assistência social oferecido pelas 307 APAEs. Busca-se, ainda, contribuir para futuras propostas do Plano de Ação da Política Nacional de Cuidados e futuras pesquisas.

O ENVELHECIMENTO NO BRASIL: UMA ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA

Nas últimas décadas, o mundo tem repensado suas estruturas diante do aumento da expectativa de vida da população mundial. Entender o fenômeno do processo do envelhecimento é essencial para a criação de ações que possam proporcionar uma melhor qualidade de vida às pessoas idosas.

Diversas pesquisas foram e vêm sendo desenvolvidas ao longo dos anos, trazendo como debate a temática do envelhecimento populacional, que expõe um cenário célebre do envelhecimento da população brasileira. Entre os grupos afetados por esse fenômeno estão as/os cuidadoras/es de pessoas com deficiência. Os indicadores demonstram que globalmente estamos vivenciando um aumento da expectativa de vida e tais estudos apresentam transformações profundas da pirâmide etária, associando-as à evolução da medicina e à redução das taxas de natalidade, entre outras (Castro, 2022).

O Censo de 2022 evidencia a inversão da pirâmide etária no país: “Em 2010, o Brasil contava com 44,8 pessoas de 60+ para cada grupo de 100 crianças e adolescentes de 0 a 14

anos. Já em 2022, esse índice saltou para 80,0 pessoas com 60+ para cada grupo de 100 crianças e adolescentes de 0 a 14 anos” (Brasil, 2025, p. 6).

Embora as pesquisas apontem para o aumento da população idosas no Brasil, é preciso compreender que este processo de envelhecer não possui as mesmas condições para toda a população. Nesse sentido, Escorsim (2021, p. 428) nos diz que:

Existem muitos modos de envelhecer, todavia enraizados em dois fundamentais, os quais se constituem a partir da divisão de classe social entre burguesia e proletariado. Os levantamentos sociodemográficos sobre o perfil do envelhecimento no Brasil só adquirem inteligibilidade política se explicados a partir dessas relações de classe, pois é a classe trabalhadora que depende visceralmente das políticas de trabalho e renda e das políticas de proteção social, em especial, Saúde, Previdência e Assistência Social. Desse modo, as condições objetivas e subjetivas (sociabilidades) para envelhecer estão atreladas ao acesso a que possam ter os trabalhadores frente às políticas redistributivas, e os resultados das pesquisas demonstram o quanto o país promove ou não justiça e equidade social no sentido de diminuir as desigualdades sociais.

O sistema capitalista ao qual estamos submetidos traz diferentes trajetórias de envelhecimento definidas por recortes de classe, de gênero, raça e etnia, aprofundando as desigualdades sociais que se estabelecem neste sistema.

O modo de vida desde à infância até a vida adulta repercute diretamente no envelhecimento de uma pessoa. Se as necessidades básicas para se ter qualidade de vida foram supridas, esses se beneficiaram de uma expectativa de vida prolongada. No entanto, no caso contrário, da ausência dos atendimentos a estas necessidades inerentes ao processo para se garantir qualidade de vida, este não acesso pode ocasionar o comprometimento de uma expectativa de vida extensa (Escorsim, 2021).

Diante deste cenário, de desproteção social marcado na sociabilidade brasileira, as políticas sociais previstas nas normativas⁴ poderão diminuir este impacto causado por diferentes barreiras geradas pela sociedade. Contudo, é preciso refletir como essas políticas vêm se efetivando diante do cenário do envelhecimento de pessoas com deficiência e dos seus familiares.

Pesquisas brasileiras apontam dados significativos, que mostram a necessidade de ampliação de políticas públicas e elaboração de novas ações, que visem garantir a dignidade neste processo de envelhecimento. Entretanto, o que se observa é o fortalecimento de um Estado neoliberal, que perpetua os mínimos sociais:

O atual contexto sócio-histórico de regressão dos direitos sociais, promovido pela ofensiva conservadora e neoliberal, no âmbito governamental, desencadeado a partir de maio de 2016, já demonstra os seus efeitos. A contrarreforma do Estado vem incidindo na precarização das relações de trabalho e renda, sobretudo nas progressivas propostas (no âmbito normativo) para o enxugamento do financiamento das políticas sociais, tais como a Previdência, a Saúde, a Educação e a Assistência Social (Escorsim, 2021, p. 440).

A reforma da previdência social, a aprovação da Emenda Constitucional nº 95 de 2016 e demais ações têm restringido o acesso aos direitos sociais e têm sido ações constantes nos últimos governos no Brasil.

⁴ Constituição Federal de 1988, Estatuto da Pessoa Idosa, no que se refere ao envelhecimento de pessoas com deficiência, podemos citar, ainda, a Lei Brasileira de Inclusão.

As premissas de um Estado neoliberal e neoconservador vem se fortalecendo cada vez mais, não apenas no Brasil, mas em âmbito mundial.

É importante destacar que a EC nº 95/2016 passou por flexibilizações e embora não tenha sido formalmente revogada, foi substituída pelo novo arcabouço fiscal estabelecido pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 200/2023, que mantém a lógica de austeridade, atrelando o crescimento dos gastos à arrecadação.

Este cenário contribui para o aumento das diversas situações de desproteção social entre as/os idosas/os no Brasil, que mesmo tendo como garantia o direito à aposentadoria e pensões, isso não é capaz de atender às demandas para a sobrevivência deste público, que ao envelhecer podem ter quadros de incapacitações e doenças (Marin, 2013).

É possível entender esta conjuntura a partir do seguinte dado: “[...] 70% das/os aposentadas/os e pensionistas do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) recebem um salário mínimo por mês” (Marin et al, 2013, p. 371).

Segundo uma das Notas Informativas da Política Nacional de Cuidados⁵, dentre as necessidades está o acesso aos cuidados, entendidos como um direito de todas as pessoas que demandam cuidado ao longo de suas vidas, ainda que, em alguns momentos e em algumas condições, essas demandas se tornem mais urgentes e intensas, como é o caso dos processos de envelhecimento, em que as necessidades de cuidados aumentam progressivamente, devido à crescente necessidade de apoios para a realização das atividades básicas e instrumentais da vida diária. Assim, é fundamental e urgente a reflexão sobre o envelhecimento de pessoas com deficiência e de familiares.

O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DE SUAS FAMÍLIAS: UM CENÁRIO VIVENCIADO PELAS APAES DO ESTADO DE SÃO PAULO

Refletir sobre o processo de envelhecimento da pessoa com deficiência implica considerar o contexto sócio-histórico, sociopolítico e socioeconômico, vivenciado por elas e por seus familiares ao longo dos tempos.

Conforme Medeiros e Diniz (2004, p. 107):

O debate da deficiência tem ocupado cada vez mais espaço nas políticas públicas brasileiras. Isso ocorre, por um lado, como resultado do envelhecimento populacional, que força o reconhecimento de que a experiência da deficiência não pertence ao universo esperado e, sim, é algo que faz parte da vida de uma grande quantidade de pessoas. Por outro lado, resulta de mudanças no que se define por deficiência e na forma de se entender como a sociedade é responsável por ela.

Diante desse cenário, a família tem papel central no cuidado, no apoio e na preservação da qualidade de vida das pessoas com deficiência. Nos últimos anos, no nosso país, recentes configurações sociais vêm alterando o modo de apoio a estas pessoas, considerando a integração da mulher no mercado de trabalho, a diminuição do tamanho das famílias e o aumento do número de divórcios e separações (Marin et al, 2013).

5 Nota Informativa nº 5/2023 - Envelhecimento o direito ao Cuidado da Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Famílias analisa os fatos essenciais de um dos públicos prioritários da Política Nacional de Cuidados promulgada em 2024 (Brasil, 2023, p. 4).

O documento Norteador da Coordenadoria Nacional de Famílias (2023, p. 35), formulado por representantes de familiares - coordenadoras/es de famílias e profissionais da Federação Nacional das APAEs - FENAPAES, elucida que:

O processo de envelhecimento de uma pessoa com deficiência muitas das vezes também coincidem com a de seus pais, o que nos leva a refletir e enfatizar a importância de um trabalho com as famílias que objetive a ampliação da rede familiar de cuidados, o fortalecimento de vínculos sociais e comunitários, a familiarização com os serviços que ofereçam proteção e cuidado no território, autonomia, protagonismo e empoderamento desses indivíduos.

As/os autoras/es enfatizam que, neste contexto vivenciado pelas pessoas atendidas pelas APAEs, o processo de envelhecimento gera a “grande preocupação relatada pelas/os genitoras/es: quem vai cuidar do meu filho quando eu morrer?” (FENAPAES, 2023, p. 55).

Diante da relevância do processo de envelhecimento das pessoas com deficiência e as suas famílias, a Federação Estadual das APAES do Estado de São Paulo realizou, no início de 2025, uma pesquisa sobre o tema junto à sua rede de atendimento, objetivando contribuir para o fortalecimento dos serviços ofertados pelas 307 APAEs nas áreas da assistência social, educação e saúde. Almejando, ainda, elucidar a importância de políticas públicas voltadas à esse público atendido, a pesquisa envolveu o total de 269 APAEs que contribuíram para o olhar diante da temática⁶.

Considerando que até o presente momento no país não há ao certo um marcador do envelhecimento da pessoa com deficiência, o estudo ora apresentado adota a referência do Estatuto da Pessoa Idosa, ou seja, a faixa etária de 60 anos ou mais (60+).

Segundo a pesquisa, das 307 APAEs existentes no estado de São Paulo, 269 atendem pessoas idosas e/ou em processo de envelhecimento. Dessas, 147 instituições informaram atender, aproximadamente, 1.602 mulheres com 60+, enquanto outras 122 atendem 1.700 homens nessa faixa etária. Assim, elas atendem o total de 3.302 pessoas com deficiência 60+, incluídas nos serviços ofertados. Esses dados evidenciam o impacto e a abrangência dos atendimentos realizados às pessoas, destacando, assim, a relevância e importância de estudos e ações em torno do envelhecimento das pessoas com deficiência.

Conforme descrito na Nota Informativa nº 5 (Brasil, 2023, p. 16) da Secretaria Nacional de Cuidados e Família, o percentual de pessoas idosas com limitações funcionais para realizar atividades da vida diária cresce em razão do aumento da faixa etária, sendo: “5,3% entre pessoas de 60 a 64 anos e 18,5% entre as que tem 75 anos ou mais. Assim, esses dados reforçam a importância de políticas públicas efetivas para pessoas com deficiência e suas famílias, garantindo autonomia, cuidado e proteção”.

⁶ A análise dos dados da pesquisa realizada por um formulário Google Forms pela Federação das APAEs do Estado de São Paulo - coordenadoria estadual do envelhecimento. Foi autorizado o uso dos seus dados pelas autoras, por e-mail. E-mail de solicitação da autorização de acesso aos dados: 30 de janeiro de 2025 às 11:08; e-mail de autorização aprovada: ter., 27 de maio de 2025 às 09:45.

O ENVELHECIMENTO DOS FAMILIARES DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DAS APAES/SP E A POLÍTICA NACIONAL DE CUIDADOS: A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Considerando os dados referentes ao crescente envelhecimento da população no Brasil e o aumento do grau de dependência de cuidados, é possível refletir que embora existam políticas, serviços e ações já implementados, observa-se que tais ofertas ainda são insuficientes para garantir os direitos das pessoas idosas e dos seus cuidadores, principalmente no contexto de pessoas com deficiência. Isso precisa ser fortalecido para garantir os direitos dessa população atendida.

Em dezembro de 2024, diante do cenário de crescente demanda e necessidade de efetivação de ações frente aos cuidados, foi promulgada a Política Nacional de Cuidados (PNC), que define como públicos prioritários de atendimento, pessoas com deficiência e cuidadoras/es não remuneradas/os, em busca de um sistema de cuidados articulado e integral.

A implementação de sistemas integrais de cuidado parte da concepção de um campo específico nas políticas públicas para os cuidados, distinto do campo da saúde, da educação e da assistência social, mas que interconecta todos esses campos, uma vez que o foco das políticas de cuidados está nas pessoas dependentes de cuidados de terceiros e nas pessoas que disponibilizam esse cuidado (Tokarski; Correa; Burille, 2023, p. 372).

Dados do Observatório de Cuidados⁷ informam que a proporção da população que realiza trabalho doméstico ou de cuidados não remunerados no Brasil é majoritariamente de mulheres: 86,2% sendo realizados pelas mulheres, enquanto 74,9% são realizados por homens.

Os estudos sobre gênero apontam que vivemos em uma sociedade marcada pelo patriarcado e conservadorismo, em que a divisão social do trabalho, atribui aos homens trabalhos produtivos, e às mulheres, o trabalho de cuidados, perpetuando, assim, desigualdades de gêneros.

Tokarski, Correa e Burille (2023, p. 372) apontam que:

A partir desse modelo, portanto, todo o enorme contingente de trabalho doméstico e de cuidados foi atribuído quase exclusivamente às mulheres, sendo realizado dentro do espaço privado das casas, de modo a ficar invisibilizado e majoritariamente não remunerado.

No contexto das APAEs, a pesquisa realizada pela Federação do estado de São Paulo demonstra que 76% das APAEs relataram que a responsabilidade dos cuidados às pessoas com deficiência atendidas recai sobre as genitoras, reforçando, assim, a preponderância da responsabilidade do cuidar das mulheres e, ao mesmo tempo, evidencia a sobrecarga enfrentada por elas.

O cuidado no espaço dos domicílios, em um cenário de carência de políticas públicas, sobrecarrega as famílias e, em seu interior, as mulheres. Isso significa que, para que se possa garantir o acesso ao cuidado que respeite a autonomia das pessoas idosas, assim como a das mulheres cuidadoras, é fundamental uma política integral de cuidados

7 BRASIL. Observatório de Cuidados. Disponível em: <https://infogov.enap.gov.br/datacuidados/dados/P.001?filtro=provisao-cuidados&desagregacao=Sexo>. Acesso: 13 jul. 2025.

que oferte serviços, programas e benefícios para quem é cuidado e para quem cuida. (Brasil, 2023, p. 18).

A Política de Assistência Social, nos seus serviços, programas, projetos e benefícios tem papel essencial nesse cenário, uma vez que objetiva a garantia dos direitos, a autonomia, o empoderamento, o protagonismo e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Nesse aspecto, destaca-se o serviço da proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias, serviço esse oferecido e executado pelas APAEs paulistas.

Por fim, comungando com os estudos da FENAPAES (2023, p. 56), é relevante enfatizar o impacto dos serviços oferecidos para pessoas com deficiência em processo de envelhecimento e a sua ampliação para as famílias, que nesta fase sofrem com a sobreposição de vulnerabilidades, considerando que não raramente as/os responsáveis pelos cuidados são idosos ou estão envelhecendo junto a pessoa com deficiência. Essa sobreposição de vulnerabilidades exige respostas da Política de Assistência Social, que deve assegurar suporte tanto para quem cuida quanto para quem é cuidado.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O presente ensaio ora apresentado realizou um percurso de estudo, almejando demonstrar o impacto do processo de envelhecimento da pessoa com deficiência e dos seus familiares, sobretudo, de mulheres responsáveis pelo cuidado.

Refletir sobre o envelhecer nesta sociedade exige compreender a ordem societária vigente. Para isso, foi apresentado brevemente sobre o envelhecimento no sistema capitalista, elucidando as expressões geradas por ele.

Falar de cuidados é falar de quem recebe, mas, sobretudo, de quem cuida. Assim, ao longo do estudo, buscou-se evidenciar o perfil de pessoas com deficiência em fase de envelhecimento e das suas cuidadoras, considerando a relevância dos dados para demonstrar a importância da temática.

Compreende-se que há um longo caminho a ser trilhado para a efetiva garantia dos direitos das pessoas com deficiência e dos seus responsáveis pelos cuidados. Entretanto, acredita-se que este estudo contribuirá para futuros debates, pesquisas e reflexões, em busca do fortalecimento de políticas públicas, dentre elas, a Política Nacional de Assistência Social e a Política Nacional de Cuidados.

REFERÊNCIAS

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. Envelhecimento e atenção à dependência no Brasil. Brasília: BID, 2023.

BRASIL. 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa: texto base. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2025. Disponível em: <https://6conadipi.mdh.gov.br/wp-content/uploads/2025/03/6a-Conf-Pessoa-Idosa-Base-v5.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família. Nota informativa nº 5/2023: envelhecimento e o direito ao cuidado. Brasília, 2023.

CAMARANO. A. A. Os novos idosos Brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CASTRO, L. R. Um olhar para o envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual: Autonomia e Independência. In: NASCIMENTO, N. A. P. Mais 60: estudos sobre envelhecimento. São Paulo, SP: Serviço Social do Comércio - SESC, v. 32, n. 82. p. 8-19, 2022.

ESCORSIM. S. M. O envelhecimento no Brasil: aspectos sociais, políticos e demográficos em análise. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, SP, n.142, p. 427-446, set/dez, 2021.

FENAPAES. Federação Nacional das APAEs. FIORE. I. M.; SALTORATO, W. (orgs.). Documento norteador da coordenação nacional de família. Brasília: FENAPAES, 2023.

MARIN, M.J.S. et al. As condições de vida e saúde de pessoas acima de 50 anos com deficiência e seus cuidadores em um município paulista. Revista Brasileira Geriatria e Gerontologia, Rio de Janeiro, RJ, v. 16, n. 2, p. 365-374, abr-jun. 2013.

PINHEIRO, L. Cuidar, verbo transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil. atual. Rio de Janeiro: IPEA, 2023. p. 369-435

TOKARSKI, C.P.; CORREA, R.M.S.; BURILLE, S. N. A agenda de cuidados e a organização social da primeira infância: licenças, creche e o trabalho doméstico remunerado no Chile, no Uruguai e no México. In: CAMARANO, A. A. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Rio de Janeiro: IPEA, 2023.

PROGRAMA DE CONSULTORIA PARA GESTÃO E MONITORAMENTO DOS CUIDADOS DE SAÚDE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

CONSULTING PROGRAM FOR THE MANAGEMENT AND MONITORING OF HEALTHCARE FOR PERSONS WITH INTELLECTUAL DISABILITIES IN THE AGING PROCESS: AN EXPERIENCE REPORT

Natalie Torres Matos¹
Cristiane Luiz²

RESUMO

O presente relato de experiência descreve a criação e a atuação de um Programa de Consultoria, idealizado por duas terapeutas ocupacionais especialistas, voltado à gestão e ao monitoramento dos cuidados de saúde destinados às pessoas com deficiência intelectual no processo de envelhecimento. A iniciativa surgiu da necessidade de desenvolver estratégias intersetoriais e integradas, capazes de responder às demandas complexas desse público. O programa atua no fortalecimento da rede de apoio, na continuidade do cuidado e na articulação entre os diferentes setores envolvidos. Os resultados indicam avanços na qualificação da atenção, bem como no estadiamento das perdas funcionais, na manutenção do nível de independência das habilidades remanescentes e na promoção da inclusão social.

Palavras-chave: Deficiência intelectual. Envelhecimento. Cuidado em saúde. Rede de apoio. Relato de experiência.

ABSTRACT

The present experience report describes the creation and implementation of a Consulting Program, conceived by two specialist occupational therapists, aimed at managing and monitoring healthcare for people with intellectual disabilities in the process of aging. The initiative emerged from the need to develop intersectoral and integrated strategies capable of responding to the complex demands of this population. The program focuses on strengthening the support network, ensuring continuity of care, and fostering coordination among the different sectors involved. The results indicate progress in the qualification of care, as well as in the staging of functional losses, the maintenance of independence in remaining skills, and the promotion of social inclusion.

Keywords: Intellectual disability. Aging. Healthcare. Support network. Experience report.

¹ Terapeuta Ocupacional. Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas de São Paulo, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (IPq- HCFMUSP). Mestre em Ciências. E-mail: natalie.matos@hc.fm.usp.br

² Terapeuta Ocupacional. Saúde Mental - CAPS II Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Indaiatuba. Especialização em Gerontologia e Neuropsicologia, pela UNIFESP/EPM. E-mail: cristianeto75@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O cuidado em saúde destinado às pessoas idosas com deficiência intelectual (DI) requer uma abordagem ampliada, que transcendia o atendimento clínico tradicional. Essa abordagem deve envolver uma rede de apoio sólida, articulada e intersetorial, capaz de responder às demandas específicas, geradas tanto pela deficiência quanto pelas transformações naturais do processo de envelhecimento (Brasil, 2020; OMS, 2005).

Esse público apresenta necessidades complexas, que exigem estratégias integradas de atenção, considerando as dimensões biológicas, psicológicas e sociais. Isso implica garantir não apenas o acesso a serviços de saúde, mas também à assistência social, com o objetivo de promover qualidade de vida, autonomia e inclusão. A construção de uma rede de apoio eficaz exige a articulação entre profissionais da saúde e da assistência social, familiares, cuidadores e a comunidade. Essa colaboração é essencial para o desenvolvimento de planos terapêuticos individualizados, que respeitem os direitos e escolhas da pessoa com deficiência intelectual e assegurem suporte contínuo ao longo da sua trajetória de vida (Schalock et al., 2018; Benevides et al., 2022).

Destaca-se, nesse contexto, o fenômeno da duplidade de velhices, no qual filhos com deficiência intelectual envelhecem ao lado dos seus pais, que também se encontram em processo de envelhecimento. Essa realidade impõe desafios específicos, como a priorização do cuidado aos filhos, em detrimento da própria saúde dos cuidadores, geralmente os pais (Bonholi; Denari, 2022). A superproteção familiar, motivada por vínculos afetivos e pelo receio de que terceiros não ofereçam o mesmo cuidado e dedicação, pode comprometer a qualidade de vida da pessoa com deficiência, dificultar a construção de um cuidado compartilhado e sustentável, bem como provocar sobrecarga física e emocional nos cuidadores (Benevides et al., 2022).

No contexto brasileiro, é necessário compreender esse fenômeno à luz de algumas tendências e desafios estruturais:

- a) Envelhecimento Populacional – o Brasil vive uma transição demográfica acelerada, com o aumento significativo da população idosa. Tal cenário exige adaptações urgentes nas políticas públicas, para garantir uma rede de proteção social adequada, especialmente para os grupos mais vulneráveis, como das pessoas com deficiência intelectual (IBGE, 2022; ONU, 2020);
- b) Envelhecimento da Pessoa com Deficiência Intelectual – a ampliação da expectativa de vida das pessoas com DI é um avanço importante, mas traz consigo a necessidade de ações específicas para lidar com os efeitos cumulativos da exclusão social, das barreiras de acesso aos serviços e da intensificação de desafios funcionais na velhice (Schalock et al., 2018);
- c) Fragilidade e Deficiência Intelectual – a síndrome da fragilidade, caracterizada pela redução das reservas fisiológicas e pela maior vulnerabilidade a estressores, tende a ocorrer precocemente em pessoas com DI (Andrade et al., 2018). O chamado “envelhecimento duplo”, quando pais idosos cuidam de filhos adultos também envelhecendo, escancara um quadro de múltiplas vulnerabilidades e a necessidade de suporte antecipado e contínuo (Bonholi; Denari, 2022);
- d) Gestão de Cuidados ao Longo da Vida – apesar dos avanços propostos por iniciativas como a Década do Envelhecimento Saudável (2021–2030), o Brasil ainda enfrenta grandes lacunas na continuidade dos cuidados, especialmente durante a transição da juventude para a vida adulta e, posteriormente, para a velhice (ONU, 2020; OMS, 2005). A ausência de serviços integrados e planos de cuidado em longo prazo agrava a insegurança familiar e compromete a autonomia dos sujeitos;

- e) Desafios e Estratégias de Intervenção – a fragmentação dos serviços, a desarticulação entre os setores da saúde e assistência social e a persistente resistência familiar ao cuidado compartilhado revelam a urgência de estratégias intersetoriais. Tais estratégias devem envolver escuta qualificada, protagonismo das pessoas com deficiência e a corresponsabilização de todos os envolvidos (Benevides et al., 2022);
- f) Recomendações Práticas para o Cuidado Clínico e Promoção da Saúde Mental – o cuidado integral inclui a realização de avaliações personalizadas, o monitoramento rigoroso das comorbidades e da fragilidade, a comunicação acessível, a promoção da saúde mental e o suporte contínuo aos cuidadores. A adoção de práticas centradas na pessoa e na construção coletiva de planos terapêuticos é essencial para garantir qualidade de vida e inclusão social (Schalock et al., 2018).

Diante desse cenário complexo, foi concebido o Programa de Consultoria para Gestão e Monitoramento dos Cuidados de Saúde de Pessoas com Deficiência Intelectual em Processo de Envelhecimento, idealizado por duas terapeutas ocupacionais com ampla experiência na área. O programa propõe uma resposta concreta aos desafios apresentados, promovendo ações contínuas, integradas e centradas nas necessidades e desejos das pessoas com deficiência intelectual no processo de envelhecimento.

OBJETIVOS

O objetivo deste estudo é relatar a experiência de criação e implementação do Programa de Consultoria voltado à gestão e monitoramento dos cuidados de saúde de pessoas com deficiência intelectual no processo de envelhecimento, com foco no fortalecimento da rede de apoio, na elaboração de planos terapêuticos personalizados e na promoção de práticas intersetoriais, sustentáveis e centradas na pessoa, visando a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social desse público (Benevides et al., 2022; Schalock et al., 2018).

METODOLOGIA

Este trabalho se caracteriza como um relato de experiência de natureza qualitativa, com o objetivo de gerar conhecimento prático e propor soluções para questões específicas observadas no cotidiano clínico e acadêmico das autoras (Bonholi; Denari, 2022). A escolha por esta abordagem se fundamenta na intencionalidade de descrever, analisar e refletir sobre práticas desenvolvidas no acompanhamento de pessoas idosas com deficiência intelectual, especialmente diante das lacunas identificadas no cuidado ofertado a essa população.

A construção deste relato se baseou em observações sistemáticas realizadas durante a prática clínica e em um levantamento bibliográfico relacionado ao tema, permitindo identificar a fragmentação dos cuidados e a sobrecarga enfrentada pelos cuidadores como problemáticas recorrentes (Benevides et al., 2022).

Em resposta a essas demandas, foi desenvolvido o Programa de Consultoria, conduzido por duas terapeutas ocupacionais com experiência na área. O programa tem como objetivo o gerenciamento integral e contínuo dos cuidados à pessoa idosa com deficiência intelectual, pela elaboração de Projetos Terapêuticos Singulares (PTS), articulação intersetorial e fortalecimento da rede de apoio (Schalock et al., 2018).

A metodologia de atuação do programa se pauta em intervenções diretas junto à pessoa atendida e a sua rede de apoio, com frequência e duração adaptadas conforme as necessidades de cada caso. A prática profissional se ancora na escuta qualificada, no reconhecimento das singularidades e na valorização da participação ativa dos envolvidos – incluindo familiares, cuidadores, profissionais da saúde, educação, assistência social e comunidade (Benevides et al., 2022).

O Projeto Terapêutico Singular (PTS) é a principal ferramenta metodológica utilizada. Trata-se de uma estratégia de planejamento e organização do cuidado centrada nas necessidades específicas de cada pessoa, que envolve a construção coletiva de metas, objetivos e ações terapêuticas, além do acompanhamento contínuo e reavaliação das estratégias adotadas (Schalock et al., 2018).

Dessa forma, este relato visa compartilhar a experiência prática de implantação e condução do Programa de Consultoria, destacando os seus fundamentos teóricos, metodológicos e operacionais, bem como os desafios enfrentados e os avanços obtidos na promoção de um cuidado integral, interdisciplinar e humanizado às pessoas idosas com deficiência intelectual (Bonholi; Denari, 2022).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde a implantação do Programa de Consultoria para Gestão e Monitoramento dos Cuidados de Saúde, observou-se um avanço significativo na forma como os serviços e profissionais abordam o envelhecimento das pessoas com deficiência intelectual (DI) (Benevides et al., 2022). Esse processo, devido à sua complexidade, requer uma atenção diferenciada, considerando que pessoas com DI envelhecem com maior vulnerabilidade a perdas funcionais precoces, comprometimentos sensoriais, alterações cognitivas aceleradas e maior risco de isolamento social – fatores que demandam acompanhamento próximo e planejado (Andrade et al., 2018; Bonholi; Denari, 2022).

Nesse contexto, o gerenciamento sistematizado da saúde emergiu como componente essencial para antecipar riscos, organizar intervenções e garantir a continuidade do cuidado ao longo do tempo (OMS, 2005). A atuação do programa possibilitou a estruturação de rotinas de acompanhamento baseadas em planos terapêuticos individualizados, com foco na prevenção, no fortalecimento das capacidades remanescentes e no monitoramento contínuo do estado funcional, emocional e social da pessoa com DI em envelhecimento (Schalock et al., 2018).

Outro impacto relevante foi o fortalecimento das redes de apoio intersetoriais. Profissionais de diferentes áreas passaram a atuar de forma articulada, com maior clareza sobre as suas funções e objetivos comuns, evitando a fragmentação do cuidado (Benevides et al., 2022). Essa articulação não apenas otimizou os recursos disponíveis, como também ampliou a capacidade das equipes em lidar com situações complexas, promovendo soluções mais eficazes e contextualizadas (Bonholi; Denari, 2022).

O programa também contribuiu para a capacitação técnica de profissionais e familiares, por orientações práticas, construção de metas terapêuticas realistas e incentivo à corresponsabilização nas ações (Benevides et al., 2022). A figura do “gestor do cuidado”, exercida por um profissional com conhecimento clínico e habilidades de articulação, revelou-se fundamental para garantir a fluidez das ações entre os diversos agentes envolvidos (Schalock et al., 2018).

A utilização do Projeto Terapêutico Singular (PTS) como ferramenta central destacou-se como diferencial técnico importante. Ele facilitou a organização das demandas, o

estabelecimento de metas em curto, médio e longo prazo, bem como o registro sistemático da evolução do cuidado (Schalock et al., 2018). Essa abordagem também permitiu a revisão periódica das estratégias, a detecção precoce de mudanças nas condições da pessoa atendida e o redirecionamento das ações, sempre com a participação ativa da rede envolvida.

Além dos ganhos organizacionais e técnicos, o programa reforçou a importância do planejamento em longo prazo, especialmente em contextos em que os cuidadores principais também estão em processo de envelhecimento (Bonholi; Denari, 2022). A antecipação de cenários futuros – como a transição do cuidado familiar para o institucional ou comunitário – passou a ser discutida de forma mais estruturada, reduzindo a insegurança e o improviso diante de situações críticas (Benevides et al., 2022).

Do ponto de vista sistêmico, o programa demonstrou ser um modelo replicável e de baixo custo relativo, pois se apoia na articulação de recursos existentes e na qualificação das práticas em curso, sem a necessidade de criação de novos serviços (Benevides et al., 2022). O seu impacto positivo está diretamente relacionado à capacidade de integrar, orientar e acompanhar ações com foco no cuidado longitudinal, personalizado e centrado na pessoa (Schalock et al., 2018).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência de criação e implementação do Programa de Consultoria para Gestão e Monitoramento dos Cuidados de Saúde de pessoas com deficiência intelectual em processo de envelhecimento evidenciou a importância de uma abordagem integrada, contínua e centrada na pessoa (Benevides et al., 2022). O fortalecimento da rede de apoio, pela articulação intersetorial e pelo protagonismo dos próprios indivíduos, mostrou-se fundamental para garantir um cuidado que transcende o atendimento clínico tradicional, promovendo a qualidade de vida, a autonomia e a inclusão social (Schalock et al., 2018).

O uso do Projeto Terapêutico Singular (PTS) como ferramenta de planejamento e monitoramento permitiu não apenas a organização efetiva das intervenções, mas também a construção colaborativa de estratégias ajustadas às necessidades e desejos da pessoa com deficiência intelectual e sua rede de suporte (Schalock et al., 2018). Além disso, o programa contribuiu para a capacitação de profissionais e familiares, estimulando a corresponsabilização e o compartilhamento do cuidado (Benevides et al., 2022).

Diante dos desafios do envelhecimento, especialmente quando os cuidadores familiares também estão em processo de envelhecimento, o programa possibilitou a antecipação de situações futuras, minimizando riscos e fortalecendo a segurança e o bem-estar de todos os envolvidos (Bonholi; Denari, 2022). Esse modelo, replicável e de baixo custo, apresenta potencial para ser implementado em diferentes contextos, ampliando o alcance e a efetividade das políticas e práticas de cuidado para esse público (Benevides et al., 2022).

Por fim, reforça-se a necessidade de investimentos contínuos em políticas públicas e em ações intersetoriais que priorizem o cuidado integral e humanizado, valorizando a singularidade das pessoas com deficiência intelectual envelhecidas e fortalecendo as redes de apoio que lhes garantem dignidade e qualidade de vida (Brasil, 2020; OMS, 2005, 2020).

REFERÊNCIAS

- BENEVIDES, Teal W. et al. Occupational Therapy Service Delivery Among Medicaid-Enrolled Children and Adults on the Autism Spectrum and With Other Intellectual Disabilities. *The American Journal of Occupational Therapy (AJOT)*, [s.l.], v. 76, n. 1, p. 1-9, jan./fev. 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35030249/> Acesso em: 13 nov. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência no Âmbito da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Deficiência no SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.
- BONIOLI, Gabriela; DENARI, Fátima Elisabeth. Envelhecimento de pessoas com deficiência intelectual: produções das revistas APAE Ciência e Deficiência Intelectual. *Apae Ciência*, [s.l.], v. 17, n. 1, p. 49-58, jun. 2022. Disponível em: <https://apaeciencia.org.br/index.php/revista/article/view/177>. Acesso em: 13 nov. 2025
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: primeiras análises – população idosa. Brasília: IBGE, 2022.
- ANDRADE, Fabíola Bof et al. Inequalities in basic activities of daily living among older adults: ELSI – Brazil 2015. *Rev Saude Publica*, [s.l.], v. 52, n. 2, p. 1-9, outt., 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30379283/>. Acesso em: 13 nov. 2025.
- OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Envelhecimento ativo: uma política de saúde. Brasília: OPAS, 2005.
- ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Década do Envelhecimento Saudável (2021–2030): melhorar a vida das pessoas idosas, de suas famílias e das comunidades. Genebra: ONU, 2020.
- SCHALOCK, Robert L. et al. A Holistic Theoretical Approach to Intellectual Disability: Going Beyond the Four Current Perspectives. *Intellectual and Developmental Disabilities*, [s.l.], v. 56, n. 2, p. 79-89, abr., 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29584556/>. Acesso em: 13 nov. 2025.

ENTRE LINHAS E LIMITES: DEFICIÊNCIA INTELECTUAL, EXCLUSÃO E ENVELHECIMENTO EM “FLORES PARA ALGERNON”

BETWEEN LINES AND LIMITS: INTELLECTUAL DISABILITY, EXCLUSION, AND AGING IN “FLOWERS FOR ALGERNON”

Paulo Roberto Alves da Silva¹
Guilherme Faria de Siqueira²

RESUMO

A obra “Flores para Algernon”, de Daniel Keyes, apresenta uma narrativa literária sensível e complexa sobre a trajetória de um homem com deficiência intelectual submetido a um experimento, que modifica, temporariamente, as suas habilidades cognitivas. O protagonista, Charlie Gordon, permite que o leitor acompanhe a sua transformação intelectual e emocional, expondo com profundidade as diferentes formas de exclusão que pessoas com deficiência enfrentam – desde o desprezo velado e a infantilização, até a supervalorização meritocrática da inteligência. A história também levanta reflexões importantes sobre como a sociedade lida com o declínio das capacidades cognitivas, traçando um paralelo simbólico com o processo de envelhecimento de pessoas com deficiência, grupo ainda pouco representado nas discussões acadêmicas, literárias e nas políticas públicas. Este trabalho, construído a partir de uma abordagem qualitativa e de leitura interdisciplinar, busca articular os campos da literatura, dos estudos da deficiência e da educação inclusiva, com o intuito de discutir as formas sutis e estruturais de exclusão que afetam esses sujeitos ao longo da vida. Ao tomar como eixo central a experiência do personagem, o estudo evidencia a necessidade urgente de práticas sociais, educacionais e políticas, que reconheçam a dignidade humana para além da produtividade, garantindo cuidado, escuta e pertencimento às pessoas com deficiência em todas as fases do desenvolvimento, com especial atenção à velhice, etapa marcada por múltiplas vulnerabilidades e ainda carente de reconhecimento.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual. Envelhecimento. Capacitismo. Literatura e Inclusão. Educação Inclusiva.

ABSTRACT

The novel Flowers for Algernon by Daniel Keyes presents a sensitive and complex literary narrative about the life of a man with an intellectual disability who undergoes an experiment that temporarily enhances his cognitive abilities. The protagonist, Charlie Gordon, allows readers to follow his intellectual and emotional transformation, revealing the different forms of exclusion faced by people with disabilities, from veiled contempt and infantilization to the meritocratic overvaluation of intelligence. The story also raises important reflections on how society deals with the decline of cognitive abilities, drawing a symbolic parallel with the aging process of people with disabilities, a group still underrepresented in academic, literary, and public policy discussions.

1 Psicopedagogo na APAE de Lorena SP. E-mail: pauloalvesrobertosilva@gmail.com

2 Psicólogo na APAE de Lorena SP. E-mail: guifaria.com@gmail.com

This study, built through a qualitative and interdisciplinary reading approach, aims to connect the fields of literature, disability studies, and inclusive education in order to discuss the subtle and structural forms of exclusion that affect these individuals throughout their lives. By taking the protagonist's experience as the central axis, the research highlights the urgent need for social, educational, and political practices that recognize human dignity beyond productivity, ensuring care, listening, and belonging for people with disabilities at all stages of life, especially in old age – a stage marked by multiple vulnerabilities and still lacking recognition.

Keywords: Intellectual Disability. Aging. Ableism. Literature and Inclusion. Inclusive Education.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno global, que avança de forma acelerada e desafia diferentes áreas do conhecimento. Segundo a cartilha “Envelhecimento no Século XXI: Celebração e Desafio”, elaborada pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), “a cada segundo, duas pessoas celebram seu sexagésimo aniversário no mundo – um total anual de quase 58 milhões de pessoas que atingem os 60 anos” (UNFPA, 2012, p. 7). Projeções indicam que a população idosa mundial – pessoas com 60 anos ou mais – passará de 962 milhões em 2017 para 2,1 bilhões em 2050 e 3,1 bilhões em 2100 (ONU, 2020). Diante desse cenário, torna-se urgente discutir as condições de vida, os direitos e os desafios enfrentados por grupos específicos dentro da população idosa, como as pessoas com deficiência intelectual.

Apesar da sua relevância, o tema do envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual ainda é pouco explorado nos campos acadêmico e literário. O romance “Flores para Algernon” (1959), de Daniel Keyes, oferece uma contribuição significativa ao abordar, de forma sensível e crítica, as experiências de exclusão, estigmatização e perda da autonomia intelectual. A trajetória de Charlie Gordon – da deficiência intelectual à elevação temporária de seu quociente de inteligência e, posteriormente, ao declínio cognitivo – reflete não apenas os estigmas sociais relacionados à capacidade intelectual, mas também suscita reflexões sobre o envelhecimento e a vulnerabilidade de sujeitos que historicamente ocupam posições marginais.

Neste estudo, propõe-se uma análise da obra “Flores para Algernon” articulada a dados e referenciais teóricos sobre o envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual. A literatura, ao dar visibilidade a essas narrativas, constitui-se como uma ferramenta potente para problematizar discursos normativos sobre inteligência, produtividade e pertencimento social ao longo do ciclo da vida.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

O objetivo geral deste estudo é analisar o envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual a partir do diálogo entre a obra “Flores para Algernon” e a literatura científica.

Objetivos específicos

- a) a) investigar como a literatura científica aborda a temática da pessoa com deficiência na velhice;
- b) analisar o preconceito e a exclusão enfrentados pelo personagem principal da obra “Flores para Algernon” em diferentes fases da sua trajetória, evidenciando práticas capacitistas em contextos sociais, familiares, institucionais e de trabalho;
- c) estabelecer relações entre os elementos ficcionais presentes na obra com estudos da literatura acadêmica de pessoas com deficiência intelectual;
- d) compreender e refletir sobre os direitos das pessoas com deficiência no processo de envelhecimento.

METODOLOGIA

Este estudo possui natureza qualitativa e adota como principal estratégia metodológica a revisão bibliográfica, com enfoque interpretativo. A abordagem qualitativa permite uma compreensão aprofundada dos significados construídos em torno do envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual, a partir da análise de discursos, experiências e representações sociais, sem a pretensão de quantificação ou generalização dos dados (Minayo, 2010). A revisão bibliográfica foi realizada pela seleção de livros, artigos científicos, documentos oficiais e relatórios institucionais, que tratam das temáticas de deficiência intelectual, envelhecimento e estigmatização social.

A análise interpretativa dos dados coletados na literatura se baseou nos princípios da hermenêutica crítica, buscando compreender os sentidos atribuídos aos fenômenos sociais pelo diálogo entre o texto e o contexto (Gadamer, 2000). Assim, a obra literária de Daniel Keyes foi utilizada como dispositivo narrativo que mobiliza reflexões sobre os estigmas sociais, a percepção da deficiência e os processos de exclusão vivenciados por pessoas com deficiência intelectual ao longo da vida, especialmente na velhice. A triangulação entre a produção literária, os dados empíricos das pesquisas oficiais (como IBGE, UNFPA e ONU) e os referenciais teóricos especializados permitiu uma leitura crítica e integrada dos conteúdos, respeitando os critérios de rigor metodológico e coerência com os objetivos do estudo.

O objetivo metodológico não se restringe à descrição, mas busca compreender e problematizar criticamente as representações simbólicas da deficiência e as estruturas que sustentam práticas de exclusão. Assim, o estudo combina literatura e teoria para construir uma análise ancorada na realidade social, respeitando o rigor acadêmico e ético exigido em pesquisas da área.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 2019, o Brasil registrava 17,3 milhões de pessoas com deficiência, sendo que quase metade (49,4%) tinha 60 anos ou mais, enquadrando-se na faixa etária idosa. Ao considerar a população total por grupos etários, observa-se que cerca de um em cada quatro idosos (24,8%) possuía algum tipo de deficiência (IBGE, 2021). Nesse contexto, Nogueira e Binoto (2015) destacam que a atuação com adultos com deficiência intelectual ainda apresenta diversos desafios, especialmente porque muitos ainda adotam uma abordagem infantilizada, desconsiderando a fase adulta desses sujeitos. Segundo Suplino (2011, apud Nogueira; Binoto, 2015), essa perspectiva é sustentada pela ideia de “idade mental”, o que leva a práticas limitantes por parte de familiares, profissionais e demais agentes sociais, restringindo a plena participação dessas pessoas em diferentes contextos.

A partir da análise da obra “Flores para Algernon”, de Daniel Keyes (2004), é possível identificar diversas camadas de exclusão, preconceito e negação de direitos que historicamente afetam pessoas com deficiência intelectual. A seguir, a discussão será organizada em quatro eixos temáticos, que articulam elementos centrais do enredo com dados e referenciais teóricos contemporâneos.

A Inteligência como Critério de Valor Social

Charlie Gordon, protagonista da narrativa, é constantemente julgado pela sua capacidade intelectual. Antes da cirurgia experimental, a sua deficiência o torna alvo de zombarias, infantilização e marginalizações veladas, mesmo em ambientes supostamente protetores, como o local de trabalho. Essa realidade literária dialoga diretamente com o modelo social da deficiência, que denuncia como as barreiras atitudinais e estruturais da sociedade produzem o “deficiente” (Oliver, 1990).

O entendimento da inteligência como valor social intrínseco contribui para a exclusão de sujeitos cujas capacidades cognitivas não correspondem aos padrões normativos. Segundo Mantoan (2006), a lógica da normalização escolar e social desvaloriza a diversidade humana, promovendo processos de segregação baseados na ideia de competência.

A Medicinalização e a Promessa da “Cura”

A cirurgia cerebral a que Charlie é submetido expressa simbolicamente a medicalização da deficiência, compreendida como um problema individual a ser corrigido. Essa visão, ainda presente em diversas práticas clínicas e educacionais, contraria os princípios de uma abordagem inclusiva, que valoriza a convivência com a diferença em vez da sua eliminação (Mitchell; Snyder, 2006).

A obsessão pela cura, reforçada pela expectativa de melhoria cognitiva, desloca a discussão do direito à inclusão para o campo da performance e do rendimento. Segundo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), o foco deve recuar sobre a eliminação das barreiras e não sobre a transformação da pessoa para que ela se adeque às exigências da sociedade.

O Preconceito Internalizado e a Autoexclusão

Com o aumento da sua inteligência, Charlie passa a perceber a discriminação que sofria, o que gera sofrimento psicológico e o leva a experimentar formas de autoexclusão. Essa experiência remete ao conceito de capacitismo internalizado, definido por Campbell (2009)

como a internalização de valores sociais que colocam a deficiência como sinônimo de fracasso ou inadequação.

É importante destacar que esse fenômeno é comum entre pessoas com deficiência, que têm certo grau de consciência crítica sobre a sua condição em uma sociedade capacitista. O resultado é a oscilação entre o desejo de pertencimento e o sentimento de inadequação, como evidenciado na trajetória emocional do protagonista.

Declínio Cognitivo e Invisibilização no Envelhecimento

A fase final do romance, em que Charlie retorna progressivamente ao estado anterior, pode ser interpretada como uma metáfora do envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual, processo ainda negligenciado nas políticas públicas. Segundo Maia e Nascimento (2021), o avanço da idade entre essa população está associado a riscos crescentes de institucionalização, negligência e perda de autonomia, em função do preconceito e da ausência de redes de apoio.

A invisibilidade dessa etapa da vida reforça o estigma de que a deficiência é uma condição exclusivamente infantil. Conforme Silva e Martins (2019), a interseção entre envelhecimento e deficiência desafia os modelos tradicionais de cuidado, exigindo práticas que respeitem a trajetória individual e os direitos adquiridos ao longo da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra “Flores para Algernon”, de Daniel Keyes (2004), ultrapassa os contornos da ficção científica e adentra os campos da crítica social, oferecendo uma narrativa densa sobre os limites impostos socialmente àqueles que não se enquadram nas normativas da produtividade, da autonomia e da funcionalidade cognitiva. Ao acompanhar o percurso de Charlie Gordon – antes, durante e após o experimento que eleva sua capacidade intelectual –, o leitor é convidado a refletir sobre os mecanismos de exclusão estrutural e simbólica, que operam tanto sobre a deficiência quanto sobre o envelhecimento.

A análise empreendida nesta pesquisa revela que o romance expõe de forma sensível as múltiplas formas de preconceito que atravessam o cotidiano da pessoa com deficiência intelectual. Mais do que a limitação em si, é o olhar social que inferioriza, infantiliza e marginaliza o sujeito. A trajetória de Charlie evidencia como a valorização do indivíduo está diretamente associada ao desempenho funcional e como a sua “queda” cognitiva é recebida com indiferença ou pena, revelando o quanto o reconhecimento social é condicionado à produtividade.

Esse processo de declínio experimentado por Charlie serve, nesta análise, como metáfora potente para discutir a invisibilização da velhice no contexto da deficiência intelectual. A literatura nacional e internacional, bem como as políticas públicas, ainda falha em reconhecer a complexidade e os direitos dessa população no processo de envelhecimento. O cruzamento entre capacitismo e etarismo – isso é, a discriminação simultânea por deficiência e idade – intensifica a exclusão, tornando essas pessoas ainda mais vulneráveis à negligência institucional, ao isolamento social e à negação da autonomia.

Dessa forma, “Flores para Algernon” se torna uma ferramenta crítica, que permite questionar o lugar social reservado àqueles que fogem ao ideal normativo de inteligência e funcionalidade. Ao propor uma leitura interdisciplinar da obra, ancorada nos Estudos da Deficiência, na bioética e na educação inclusiva, esta pesquisa contribui para a ampliação do debate sobre os direitos das pessoas com deficiência intelectual em todas as fases da vida, em especial na velhice – fase muitas vezes desconsiderada nas políticas públicas.

Por fim, destaca-se o papel fundamental da literatura como dispositivo de formação crítica, capaz de sensibilizar leitores e provocar rupturas nos discursos normativos. A partir da ficção, é possível acionar reflexões profundas sobre justiça social, equidade e dignidade humana. Assim, reforça-se a necessidade de práticas inclusivas, intersetoriais e contínuas, que garantam o pleno exercício da cidadania às pessoas com deficiência, independentemente da fase da vida em que se encontrem.

REFERÊNCIAS

- BEAUCHAMP, Tom L.; CHILDRESS, James F. Princípios de Ética Biomédica. São Paulo: Loyola, 2013.
- BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. Índice de Inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas. Brasília: UNESCO, 2002.
- FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). Envelhecimento no século XXI: celebração e desafio. Nova York: UNFPA, 2012. Disponível em: https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/AgeingReport_Exec_Summary_Portuguese.pdf. Acesso em: 3 ago. 2025.
- GADAMER, Hans-Georg. Verdade e Método. Petrópolis: Vozes, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Um em cada quatro idosos tinha algum tipo de deficiência em 2019. Agência de Notícias do IBGE, 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31447-um-em-cada-quatro-idosos-tinha-algun-tipo-de-deficiencia-em-2019>. Acesso em: 3 ago. 2025.
- KEYES, Daniel. Flores para Algernon. Rio de Janeiro: Aleph, 2004.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MITCHELL, David T.; SNYDER, Sharon L. Cultural Locations of Disability. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- NOGUEIRA, Eliane de Fátima Trevisan; BINOTO, Ana Paula Damasceno. Envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual na perspectiva do currículo funcional natural. Revista Apae Ciência, Brasília, DF, v. 5, n. 2, p. 53-57, dez. 2015. Disponível em: <https://apaeciencia.org.br/index.php/revista/article/view/74>. Acesso em: 3 ago. 2025.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). World Population Ageing 2020 Highlights: Living arrangements of older persons. Nova York: United Nations, 2020. Disponível em: https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/undesapd-2020_world_population_ageing_highlights.pdf. Acesso em: 3 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nova York: ONU, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). World report on ageing and health. Geneva: WHO, 2021.

SUPLINO, Ana Maria. O envelhecimento da pessoa com deficiência. In: NOGUEIRA, Eliane de Fátima Trevisan; BINOTO, Ana Paula Damasceno (orgs.). Pessoas com deficiência intelectual: contextos, desafios e superações. Brasília: APAE/FENAPAES, 2011. p. 103-116

EDUCOMUNICAÇÃO CONTRA A COLONIALIDADE DIGITAL: PROTAGONISMO E LETRAMENTO MIDIÁTICO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA APAE DE SÃO LUÍS

EDUCOMMUNICATION AGAINST DIGITAL COLONIALITY: PROTAGONISM AND MEDIA LITERACY OF PEOPLE WITH INTELLECTUAL DISABILITIES AT APAE SÃO LUÍS

José Gabriel Meneses Sousa¹

Rosinete de Jesus Silva Ferreira²

RESUMO

Este artigo apresenta um relato de experiência da APAE de São Luís com oficinas de influenciadores digitais voltadas a pessoas com deficiência intelectual, articulando comunicação, educação e inclusão digital como formas de resistência à colonialidade da informação. As atividades, realizadas com alunos do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) Eney Santana, buscaram promover o letramento midiático, o uso seguro das redes sociais e o protagonismo dos participantes. Com base em autores como Quijano, Freire, Mantoan e Soares, o estudo dialoga com os princípios da educomunicação e da educação inclusiva. A metodologia qualitativa incluiu observação participante e análise de registros audiovisuais. Os resultados mostram que a apropriação crítica das mídias digitais fortaleceu a autoestima, a autonomia e a cidadania comunicativa dos envolvidos. A experiência aponta que práticas educomunicativas podem minimizar práticas do capacitarismo estrutural e a exclusão digital, atuando como estratégias emancipadoras no campo do serviço social e da comunicação popular.

Palavras-chave: Educomunicação. Colonialidade digital. Deficiência intelectual.

ABSTRACT

This article presents an experience report from APAE - São Luís on digital influencer workshops designed for people with intellectual disabilities, integrating communication, education, and digital inclusion as forms of resistance to the coloniality of information. The activities, carried out with students from the Eney Santana Specialized Educational Care Center (CAEE), aimed to promote media literacy, safe use of social networks, and participant protagonism. Drawing on authors such as Quijano, Freire, Mantoan, and Soares, the study engages with the principles of educommunication and inclusive education. The qualitative methodology included participant observation and the analysis of audiovisual records. The results show that the critical appropriation of digital media strengthened participants' self-esteem, autonomy, and communicative citizenship. The experience indicates that educommunicative practices can help

¹ Graduado em Jornalismo, pela Universidade Ceuma. Mestrando no Programa de Pós-graduação em Comunicação, da Universidade Federal do Maranhão - PPGCOMPRO – UFMA, São Luís/MA. E-mail: jose.gms@discente.ufma.br..

² Docente do Curso de Comunicação Social – Rádio e Televisão da Universidade Federal do Maranhão e Integrante dos Programas de Mestrado Profissional em Comunicação – PPGCOMPRO e do Programa de Psicologia -PPGSSI, São Luís/MA. E-mail: rosinete.ferreira@ufma.br.

reduce structural ableism and digital exclusion, acting as emancipatory strategies within the fields of social work and popular communication.

Keywords: Educommunication; Digital coloniality; Intellectual disability.

INTRODUÇÃO

A exclusão histórica das pessoas com deficiência intelectual e múltipla reflete as formas de opressão sustentadas pela lógica colonial do capitalismo. Essa marginalização não resulta de limitações individuais, mas das estruturas capacitistas, que naturalizam barreiras institucionais, comunicacionais e simbólicas, negando reconhecimento social e político, conforme a colonialidade do poder e do saber (Quijano, 2000), que define quem é legítimo e quem pode ocupar espaços discursivos, inclusive digitais.

No contexto atual, marcado pela desigualdade ampliada pelas tecnologias e manipulação da informação (Mbembe, 2018), o acesso à internet e o letramento midiático crítico são direitos fundamentais. No entanto, a inclusão digital permanece excludente, sem políticas que enfrentam desigualdades estruturais ligadas à classe, raça, deficiência e território.

É nesse cenário que se inserem as oficinas de influenciadores digitais, realizadas no Centro de Atendimento Educacional Especializado - CAEE Eney Santana, mantido pela APAE de São Luís, voltadas a jovens e adultos com deficiência intelectual. As oficinas promoveram letramento midiático, autonomia comunicativa e protagonismo digital, reconhecendo que democratizar o acesso às tecnologias deve estar ligado ao direito de expressão, ocupação simbólica e construção de narrativas pessoais.

A proposta se fundamenta na educomunicação como prática crítica e transformadora, entendendo a comunicação como espaço de disputa, emancipação e cidadania (Freire, 1996; Inocêncio, 2022; Almeida, 2024). Dialoga-se, também, com Diniz (2007) e Mantoan (2003), que veem a deficiência como construção social e defendem a reorganização dos espaços educativos para valorizar a diversidade e o potencial de todos.

Este artigo analisa essa experiência educomunicativa como resposta à exclusão digital e simbólica imposta pela colonialidade informacional, propondo-a como caminho de resistência e efetivação de direitos. Ao promover o protagonismo midiático dessas pessoas, a ação desafia a invisibilidade e o silêncio históricos, reafirmando a comunicação como campo estratégico para a luta e a ampliação da voz na superação das novas formas de dominação.

EDUCOMUNICAÇÃO COMO RESPOSTA DA INCLUSÃO

A exclusão digital de pessoas com deficiência intelectual não pode ser vista isoladamente ou apenas como um problema técnico, pois está inserida em um contexto mais amplo de exclusão social, comunicacional e política, decorrente da lógica colonial presente nas estruturas do capitalismo contemporâneo. Essa lógica cria hierarquias entre sujeitos, saberes e modos de existência, configurando a colonialidade do poder, conceito de Quijano (2000), que articula raça, classe, gênero e deficiência para manter desigualdades estruturais.

No caso das pessoas com deficiência, a colonialidade do saber desqualifica as suas formas de expressão e cognição, negando-lhes voz e participação pública. A deficiência é uma construção social marcada por normas capacitistas, que definem quem pode aprender, produzir conhecimento ou comunicar-se legitimamente (Diniz, 2007; Diniz; Medeiros; Barbosa, 2021). Conforme Janine Silva (2023), o capacitismo é uma opressão estrutural ligada à lógica colonial

moderna, que silencia e restringe a cidadania comunicacional.

Ao mesmo tempo, vivemos sob um regime de produção e controle informacional marcado por disputas geopolíticas e por uma nova configuração de poder, que Achille Mbembe (2018) denomina de necropolítica digital. Trata-se da gestão das vidas que podem ser visíveis, narradas ou reconhecidas nos ambientes virtuais – e, por extensão, no tecido social. Nessa perspectiva, o direito à comunicação não é apenas o direito de acesso às tecnologias, mas o direito de produzir e circular discursos a partir da própria experiência vivida, algo sistematicamente negado às pessoas com deficiência intelectual.

Nesse contexto de opressão, a educomunicação surge como campo teórico e prático, que propõe o enfrentamento às desigualdades comunicacionais por processos pedagógicos participativos, críticos e inclusivos. Para Ismar de Oliveira Soares (2002), o letramento midiático é parte fundamental da formação cidadã na era digital, devendo ser compreendido como prática social situada. Já Almeida (2024) aponta que os projetos de intervenção educomunicativos têm como princípio a construção de ecossistemas comunicativos democráticos, em que sujeitos historicamente silenciados possam exercer plenamente a sua voz.

A educomunicação, ao integrar comunicação, educação e cidadania, alinha-se à pedagogia crítica freireana, que valoriza o diálogo, a escuta e o saber popular. Segundo Freire (1996), a transformação nasce da problematização da realidade e da construção coletiva de novos sentidos. Ao ser aplicada a sujeitos com deficiência intelectual, reconhece-se a sua capacidade de expressão, interpretação e criação, promovendo uma inclusão que supera o assistencialismo.

Essa perspectiva crítica também dialoga com o Serviço Social latino-americano, que enfrenta tensões entre práticas conservadoras e projetos de transformação social. Reconhecer a educomunicação como aliada no combate ao capacitismo, colonialismo e silenciamento de sujeitos subalternizados destaca o seu potencial interdisciplinar na luta contra a dominação imperialista e a negação do direito básico à comunicação.

A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DA APAE DE SÃO LUÍS

A comunicação institucional da APAE de São Luís cumpre um papel estratégico na promoção da inclusão social e na defesa dos direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla. As suas ações vão além da simples divulgação de serviços ou eventos, buscando construir narrativas que sensibilizem a sociedade e contribuam para a desconstrução de estígmas historicamente associados à deficiência.

Campanhas desenvolvidas pela APAE como o “Setembro Verde” e a “Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla” são exemplos de iniciativas que utilizam diferentes linguagens – texto, imagem, vídeo e áudio – para dar visibilidade à causa e mobilizar a opinião pública. Essas campanhas dialogam com o conceito de comunicação institucional, que pode ser definido com um processo estratégico, planejado e sistemático de comunicação, voltado para a construção e a manutenção de uma identidade organizacional, de uma imagem institucional positiva e de um relacionamento de confiança com os diferentes públicos da instituição (Kunsch, 2013).

Além das campanhas, a APAE de São Luís mantém uma atuação constante nas redes sociais, com produção de conteúdo que informam, educam e engajam diferentes públicos: famílias, profissionais da área, poder público e a sociedade em geral. A comunicação da instituição reforça uma narrativa de direitos, combatendo a lógica assistencialista e promovendo uma imagem de protagonismo das pessoas com deficiência, em sintonia com os princípios da comunicação pública e da comunicação para o desenvolvimento social (Peruzzo, 2013).

Essa abordagem comunicacional também reflete a compreensão de que a construção de uma sociedade inclusiva passa pela transformação das representações sociais sobre a deficiência. Nesse sentido, a comunicação institucional da APAE assume uma função educativa e política, posicionando a instituição como um agente ativo na luta por direitos e pela superação das barreiras atitudinais presentes na sociedade. De acordo com Kunsch (2003), a comunicação organizacional pode e deve atuar como mediadora de processos educativos, promovendo a formação de uma opinião pública mais crítica e consciente sobre temas sociais relevantes.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva, fundamentada em uma perspectiva crítica e participativa. Desenvolveu-se a partir da experiência nas oficinas de influenciadores digitais da APAE de São Luís, no CAEE Eney Santana, com pessoas com deficiência intelectual.

A opção pela abordagem qualitativa visa compreender os sentidos atribuídos pelos participantes à sua inserção digital, considerando dimensões subjetivas, sociais, comunicacionais e políticas. Conforme Minayo (2001), a pesquisa qualitativa busca entender fenômenos sociais a partir da perspectiva dos sujeitos, valorizando as suas vivências. A técnica principal foi a observação participante, na qual o pesquisador atuou também como educomunicador e agente institucional, reforçando o compromisso ético-político, sem comprometer a análise objetiva (Gil, 2019).

A postura metodológica segue o pensamento freiriano, partindo da realidade vivida, valorizando o conhecimento popular e promovendo a transformação social pela participação ativa. Como afirma Freire, ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre eles, mediatizados pelo mundo (Freire, 1996). Assim, o conhecimento emerge do diálogo e da colaboração e o educomunicador atua como agente social comprometido com escuta, diálogo e espaços democráticos de expressão (Almeida, 2024).

OFICINAS DE INFLUENCIADORES DIGITAIS NA APAE DE SÃO LUÍS

As oficinas de influenciadores digitais na APAE de São Luís, realizadas durante a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla de 2023, envolveram cerca de 25 alunos do CAEE Eney Santana, com idades entre 16 e 45 anos e deficiência intelectual leve a moderada. A ação, baseada em uma proposta educomunicativa, valorizou os saberes dos participantes e buscou ampliar a sua inserção crítica no ambiente digital. Partindo da compreensão de que os espaços digitais, apesar de amplamente acessados, mantêm lógicas exclutivas que exigem letramento midiático, senso crítico e autonomia, a proposta reconheceu nas pessoas com deficiência intelectual uma chance de reconfigurar narrativas, disputar sentidos e exercer cidadania pela ocupação ativa desses espaços.

O processo formativo foi dividido em três etapas, conforme apresentado a seguir.

Tabela 1 – Etapas da Oficina de Influenciadores Digitais na APAE de São Luís

Etapa	Objetivos	Atividades Desenvolvidas	Recursos Utilizados	Resultados Esperados
1. Introdução às Redes Sociais	Compreender o funcionamento das principais plataformas digitais	Apresentação das redes sociais; Discussão sobre o papel dos influenciadores digitais	Celular com internet; slides interativos	Familiarização com o ambiente digital e suas funcionalidades
2. Segurança e Ética Digital	Promover o uso consciente e seguro das redes sociais	Palestras sobre segurança online; Discussões sobre privacidade, direitos de imagem e comportamento ético	Vídeos educativos; dinâmicas em grupo	Desenvolvimento de senso crítico e responsabilidade digital
3. Produção de Conteúdo	Capacitar na criação de conteúdos digitais	Oficinas práticas de roteiro, gravação, edição e publicação de vídeos	Smartphones, Canva, CapCut, microfone	Produção de conteúdos audiovisuais; gestão de perfis digitais

Fonte: Autor (2023)

A experiência foi estruturada em três etapas integradas, iniciando com debates sobre redes sociais e influenciadores digitais, em uma abordagem dialógica que valorizou as vivências dos participantes. Em seguida, abordaram-se princípios de segurança digital e ética – como Fonterespondendo às preocupações das famílias. Na última etapa, os alunos criaram conteúdos autorais, como roteiros e vídeos sobre temas do cotidiano, exercendo com autonomia o seu protagonismo midiático. Nas imagens, a seguir, nota-se a participação dos alunos nas oficinas.

Figuras 1 e 2: Oficina de Influenciadores digitais com alunos do CAEE Eney Santana



Fonte: Reprodução TV Mirante/Globoplay (2023)

Conduzida com base nos princípios da educomunicação – definida como a construção de ecossistemas comunicativos abertos, democráticos e criativos (Almeida, 2024) –, a atividade reforçou a comunicação como prática transformadora, que valoriza escuta, autoria e participação (Inocêncio, 2022). Mais do que domínio técnico, promoveu uma vivência de autonomia simbólica: participantes antes vistos como incapazes passaram a produzir conteúdos e a reconhecer-se como sujeitos de voz. Com apoio das famílias, muitos passaram a gerenciar seus próprios perfis, rompendo com a lógica capacitista e reafirmando o direito de todos à comunicação – um ato político contra a invisibilidade e a colonialidade da informação.

RESULTADOS

Os resultados das oficinas indicaram avanços significativos na comunicação, autonomia e no reconhecimento dos participantes como sujeitos de direito à comunicação. Mais do que domínio técnico, observaram-se transformações subjetivas, sociais e políticas. Relatos de participantes e familiares apontaram aumento da autoestima, confiança e pertencimento, com declarações como “agora sei mexer no celular como os youtubers”, rompendo simbolicamente com o silêncio historicamente imposto às pessoas com deficiência intelectual. No plano sociocultural, a experiência ampliou o repertório comunicacional dos participantes, que passaram a compreender as mídias como espaços de disputa simbólica e construção identitária. Eles desenvolveram habilidades para diferenciar informações, proteger a privacidade e criar narrativas próprias, em um processo de letramento midiático crítico (Soares, 2002), essencial à cidadania na cibercultura.

Politicamente, a ação evidenciou a educomunicação como estratégia de enfrentamento à colonialidade digital, ao permitir que os participantes narrassem as suas próprias histórias, rompendo com a lógica capacitista que os reduz a objetos de fala. Como afirma Freire (1996), “dizer a sua palavra e nomear o mundo” é um ato de libertação – concretizado aqui por meio da autoria midiática. A experiência também demonstrou o potencial das práticas interdisciplinares entre comunicação e Serviço Social na promoção de direitos. Além disso, contribuiu para desconstruir percepções de incapacidade e dependência, não só entre os participantes, mas também entre familiares e profissionais. Assim, mais do que ensinar o uso de redes sociais, a ação garantiu o direito à comunicação e à visibilidade de sujeitos historicamente silenciados, enfrentando o imperialismo informacional, o capacitismo estrutural e a exclusão midiática (Almeida, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência das oficinas de influenciadores digitais na APAE de São Luís mostrou que a inclusão digital de pessoas com deficiência intelectual vai além do simples acesso às tecnologias, configurando-se como direito à comunicação, expressão e construção de narrativas próprias, especialmente num contexto marcado pela colonialidade da informação e pelo capacitismo que perpetuam exclusões. Ao colocar os participantes como protagonistas, a proposta educativa desafiou estruturas tradicionais de poder, criando condições para que sujeitos historicamente marginalizados exercessem a sua cidadania midiática. O desenvolvimento técnico foi importante, mas secundário diante dos ganhos em autoestima, autoria, visibilidade e pertencimento.

Essa prática se revelou viável, urgente e replicável, sobretudo em contextos de vulnerabilidade social, apagamento comunicacional e ausência de políticas públicas para inclusão digital crítica. Conforme Almeida (2024) e Soares (2002), o acesso à mídia e a possibilidade de

intervenção são formas de resistência às lógicas excludentes da colonialidade e do capitalismo informacional. A educomunicação, nesse cenário, é uma práxis política, que promove escuta, partilha e transformação social, modificando o ambiente educativo em espaço de expressão democrática e reafirmando o compromisso ético-político do Serviço Social e da Comunicação com os direitos humanos. Ações como essa se constituem como sementes de comunicação contra-hegemônica, desafiando o capacitismo, o colonialismo digital e as violências simbólicas naturalizadas, devendo ser ampliadas e incorporadas em projetos pedagógicos e institucionais voltados à inclusão e à justiça social.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Lígia Beatriz Carvalho de. Projetos de intervenção em educomunicação. Campina Grande: EDUFCG, 2024.
- BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 28 maio 2025.
- CITELLI, Adilson; SOARES, Ismar de Oliveira; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Educomunicação: referências para uma construção metodológica. *Comunicação & Educação*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 12-25, jul./dez. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/339541409_Educomunicacao Acesso em: 28 maio 2025.
- DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DINIZ, Débora. O que é deficiência? São Paulo: Brasiliense, 2007.
- DINIZ, Débora; MEDEIROS, Marcelo; BARBOSA, Marta. O que é deficiência intelectual. Brasília: UNB, 2021.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- INOCÊNCIO, Kellin. Fundamentos da educomunicação. Curitiba: IESDE Brasil, 2022.
- KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Comunicação organizacional: conceitos e dimensões dos estudos e das práticas. São Caetano do Sul: Difusão, 2013.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Revista Internacional de Sociologia, Buenos Aires, v. 58, n. 1, p. 93-126, 22 fevereiro de 2024. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf Acesso 11 de novembro de 2025.

SILVA, Janine. Educação, deficiência e colonialidade: por uma crítica ao capacitismo na modernidade. São Paulo: Autêntica, 2023.

SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. Educação & Sociedade, São Paulo, v. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/zG4cBvLkSZfcZnXfZGLzsXb/?lang=pt>. Acesso em: 28 maio 2025.

(IN)VISIBILIDADES DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO REGIME CONTEMPORÂNEO DE IMAGENS: UM RELATO DE PESQUISA

(IN)VISIBILITIES OF PEOPLE WITH DISABILITIES IN THE CONTEMPORARY REGIME OF IMAGES: A RESEARCH REPORT

Cláudia Linhares Sanz¹

Fátima Lucília Vidal Rodrigues²

Fabiane de Souza³

Mirella Pessoa⁴

Clara Nogueira Marinho⁵

Evelyn Marques Rodrigues⁶

Giovanna Palatucci⁷

Mariana Sardinha Barros⁸

Sophia Teixeira de Oliveira⁹

1 Professora da UnB, na Faculdade de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Líder dos Grupos de Pesquisa (IN)VIS: Grupo de pesquisa em imagem e educação e GRITS - Imagem, Tecnologia e Subjetividade. <https://orcid.org/0000-0003-0256-817X>. E-mail: claudialinharessanz@gmail.com.

2 Professora da UnB, vinculada à área de Educação Inclusiva da Faculdade de Educação, coordenadora do Projeto de Extensão Semeadores de Investigação (Semillero Brasil) e do (IN)VIS: Grupo de pesquisa em imagem e educação. <https://orcid.org/0000-0003-2242-2944>. E-mail: vidalrodrigues@yahoo.com.br

3 Doutora e Mestre em Comunicação pela UnB, Bacharel em Cinema pela UFSC. Membro dos Grupos de Pesquisa (IN)VIS: Grupo de pesquisa em imagem e educação e GRITS - Imagem, Tecnologia e Subjetividade. <https://orcid.org/0000-0001-5703-1711>. E-mail: fabianeedesouza@gmail.com

4 Pesquisadora de pós-doutorado no PPGCom UFPE, é membro e vice-líder do GRITS (UnB) e pesquisadora do (IN)VIS (UnB). Na UPFE, está à frente das ações do LEME: Laboratório de Educação Midiática ESTOPIM. <https://orcid.org/0000-0002-7194-4186>. E-mail: mihpessoa@gmail.com

5 Graduada em Letras Língua Portuguesa (UnB), escritora e pesquisadora do (IN)VIS: Grupo de pesquisa em imagem e educação (CNPq). <https://orcid.org/0009-0004-7261-6899>. E-mail: claramarletras@gmail.com

6 Graduanda em pedagogia na UnB e pesquisadora do (IN)VIS: Grupo de pesquisa em imagem e educação (CNPq). <https://orcid.org/0009-0000-5071-1714>. E-mail: evelyn.rodrigues.ped@gmail.com

7 Mestranda em Artes Visuais (UnB), Graduada em Artes Visuais (UnB), membro do (IN)VIS: Grupo de pesquisa em imagem e educação. <https://orcid.org/0009-0003-7993-2774>. E-mail: gi.palatucci@gmail.com

8 Jornalista (UFMG), mestra em Gestão do Patrimônio Cultural (PUC-GO) e graduada em Pedagogia (UnB), pesquisadora do (IN)VIS: Grupo de pesquisa em imagem e educação (CNPq). <https://orcid.org/0009-0006-9393-3660>. E-mail: curicho@gmail.com

9 Estudante de Pedagogia na UnB. Membro do (IN)VIS: Grupo de pesquisa em imagem e educação. Pesquisadora bolsista de iniciação científica pelo CNPq com o projeto “Invisibilidades e práticas pedagógicas: Pessoas com deficiência, cinema e escola”. <https://orcid.org/0009-0003-6097-806X>. E-mail: sophiateixeira8566@gmail.com.

RESUMO

Este relato compartilha o caminho de pesquisa percorrido ao longo de dois anos de investigação, acerca da (in)visibilidade da pessoa com deficiência no regime contemporâneo de imagens. O objetivo é compartilhar o processo investigativo desenvolvido na pesquisa, em torno dos processos metodológicos vivenciados na busca por dados relacionados à temática da visibilidade da pessoa com deficiência no regime contemporâneo de imagem, de forma a publicizar as diferentes fases da pesquisa em um formato de relato. A pesquisa se desenvolveu em formato constelar, aproximando e aprofundando cinco movimentos da pesquisa a) incursão teórica, b) revisão integrativa de literatura, c) investigação histórico-filmica, d) revisão filmica e e) experiências de formação docente. Neste artigo, apresentaremos a revisão de literatura, a investigação histórico-filmica e a revisão filmica, por se constituírem como os principais movimentos metodológicos do trabalho. Nesses processos investigativos, foi possível compreender a presunção de imagens que visibilizam e, ao mesmo tempo, invisibilizam pessoas com deficiência nas produções acadêmicas, especialmente nas imagens filmicas, objeto central de análise da pesquisa. Os resultados apontam para uma necessidade de compreensão social radicalmente crítica em relação à visibilização, que ratifica o lugar das pessoas com deficiência como ilhas de solidão ou reedições de discursos estritos de superação.

Palavras-chave: Invisibilidade. Pessoa com deficiência. Cinema. Educação. Imagem.

ABSTRACT

This report shares the research path taken over two years of investigation, regarding the (in)visibility of people with disabilities in the contemporary image regime. The aim is to share the investigative process developed in the research, focusing on the methodological processes involved in the search for data related to the theme of the visibility of people with disabilities in the contemporary image regime. This will enable the public dissemination of the different research phases in a report format. The research was carried out in a constellated format, bringing together and deepening five research movements: a) theoretical incursion, b) integrative literature review, c) historical-film investigation, d) film review, and e) teacher training experiences. In this article, we present the literature review, historical-film investigation, and film review as the main methodological approaches for the work. In these investigative processes, it was possible to understand the presumption of images that make people with disabilities visible and, at the same time, invisible in academic productions, especially in film images, the central object of analysis in the research. The results point to a need for a radically critical social understanding of visibility, which reinforces the positioning of people with disabilities as islands of loneliness or as mere reiterations of narrow narratives of overcoming.

Keywords: Invisibility. People with disabilities. Cinema. Education. Image.

INTRODUÇÃO: CONTEXTO E OBJETIVOS

Iniciativas de pesquisa no Brasil desempenham um papel crucial, ao ressignificar a compreensão da deficiência, rompendo com normas estabelecidas e dando mais visibilidade aos diversos modos de subjetivação e luta, contribuindo para políticas que ratificam direitos. Assegurar e dar visibilidade aos direitos culturais, humanos, sociais e linguísticos das pessoas com deficiência é essencial para uma sociedade inclusiva e plural. A pesquisa relatada ganha mais potência política e formativa quando conectada ao ensino, à extensão e à formação docente. Esse trabalho tem a intenção de compartilhar o caminho investigativo de uma pesquisa que se desenvolveu ao longo de dois anos e que se somou à luta pelos direitos e ao debate acerca da visibilidade das pessoas com deficiência, desenvolvida entre outubro de 2022 e janeiro de 2025 (Sanz; Palatucci, 2024; Sanz et al., 2025b).

A pesquisa objetivou produzir dados acerca da presença das pessoas com deficiência no regime de imagens, investigando nele as dinâmicas entre visibilidade e invisibilidade. Compartilhar e descrever a constituição de trilhas investigativas – suas direções, movimentos, patamares e desvios – é o tema desse relato. Trata-se de apresentar o percurso da pesquisa para, por um lado, contribuir com outras pesquisas sobre o tema, seja porque nele descrevemos os procedimentos utilizados, seja porque tratamos dos seus limites ou, ainda, das suas potências. Por outro lado, a formulação do relato é capaz de disparar reflexões acerca do caminho percorrido, possibilitando que sejam revistos os pressupostos teóricos que orientaram as nossas escolhas, bem como compreender o processo de pesquisa como construção coletiva e em transformação.

Na primeira parte deste texto, apresentamos uma visão global do conjunto de atividades realizadas nesses dois anos. Em seguida, detalhamos três dos principais movimentos realizados: a revisão de literatura, a revisão histórico-filmica e a revisão filmica contemporânea. Embora não seja a totalidade dos caminhos percorridos, esses três movimentos foram estruturantes para a obtenção dos resultados da pesquisa.

O CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O trabalho apresentado neste relato de pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa no seu caminho longitudinal, aprofundado por pesquisas quantitativas, as quais organizaram dados numéricos e achados acadêmicos que, reunidos, possibilitaram análises qualitativas detalhadas do objeto da pesquisa (Sanz et al., 2025b). O grupo de pesquisadoras formado por nove integrantes em vários níveis de formação – iniciação científica, mestres e doutores – desenvolveu um processo de investigação dialógico construído ao longo de dois anos. Nesse sentido, a pesquisa reuniu processos qualitativos, quantitativos, aprofundamento teórico e, paralelo ao processo investigativo, a criação de espaços formativos e de interlocução com ensino e extensão universitária. Esse comprometimento plural das pesquisadoras permitiu que o desenvolvimento da pesquisa fosse, ora de aprofundamento metodológico-investigativo, ora de desdobramento devolutivo dos achados. Esse último, é caracterizado por espaços formativos e promoção de interlocuções entre pesquisadores, professores, cineastas e estudantes de graduação e pós-graduação. Para Benjamin (2013, p. 16), “o método é caminho não direto”, caminho em que se permitem os desvios, a incompletude e a descoberta.

A pesquisa seguiu cinco movimentos investigativos centrais: incursão teórica, revisão de literatura integrativa, revisão histórico-filmica, revisão filmica e formação docente. Desses movimentos, as derivações para interlocuções externas, ensino (disciplinas vinculadas à pesquisa), extensão (eventos), pesquisa em plataformas de streaming, sala escura e tv aberta

–com análises qualitativas e quantitativas – geraram um banco de dados¹⁰ disponibilizado em produções acadêmicas e processos vivenciados em registros audiovisuais e escritos.

Figura 1: Fluxo de pesquisa



Fonte: Sanz *et al.* (2025a)

O primeiro movimento consistiu em uma incursão teórica, na qual as pesquisadoras se aprofundaram na leitura, discussão, reflexão e escrita de textos de autores como Ortega (2009), Honneth (2003), Norden (1994) e Bergala (2008). Essa etapa foi fundamental para estabelecer as bases conceituais e metodológicas que orientaram os demais movimentos da pesquisa.

A partir da base teórica, avançamos para interlocuções externas. Realizamos discussões com especialistas na área da deficiência, visando aprofundar as possibilidades metodológicas e teóricas acerca da temática específica. Além delas, entrevistamos pessoas com deficiência ligadas ao tema da pesquisa, como os cineastas Daniel Gonçalves e Sara Paoliello, o ator Giovanne Venturini, as ativistas Clárinha Mar e Millena Silva e a professora Izabel Maior. O debate produzido pelas interlocuções se estendeu às ações de ensino de graduação em quatro disciplinas ligadas à questão da deficiência, visibilidade e cinema, na Graduação e na Pós-Graduação.

A partir da necessidade de encontrarmos produções teóricas que discutissem a deficiência e a visibilidade em diferentes práticas discursivas midiáticas, realizamos, em um segundo movimento, uma revisão de literatura integrativa. Seguimos o caminho da identificação, triagem, elegibilidade e inclusão, tendo os resultados incluídos distribuídos em 6 blocos temáticos principais. A metodologia adotada também teve o objetivo de proporcionar uma experiência formativa às bolsistas de iniciação científica, aprimorando as suas habilidades de pesquisa e análise. Entre os blocos temáticos, o cinema se destaca, apontando para a necessidade de aprofundamento qualitativo e quantitativo.

Os passos posteriores, derivações dos processos de estudo teórico, histórico e das descobertas feitas na revisão de literatura, dedicam-se a investigar a temática da deficiência no cinema. A revisão histórico-filmica, terceiro movimento desenvolvido, visou criar bases históricas e teóricas para compreender as suas implicações no contexto contemporâneo. Utilizando uma abordagem qualitativa e uma metodologia exploratória, o estudo analisou 75 filmes entre o advento do cinema até meados do século XX, organizados em uma linha do tempo que abrangeu quatro etapas: a) genealogia da deficiência no cinema, b) primeiras imagens e dupla invisibilidade, c) modelo biomédico e representações da monstruosidade e d) mudanças nas narrativas. Esse momento da pesquisa começou a indicar uma certa perpetuação da invisibilidade das pessoas com deficiência no cinema.

10 Após avaliação deste artigo e, no caso de aprovação da Revista, inseriremos o link para o site da pesquisa, assim como os agradecimentos ao órgão financiador. Nesse momento, qualquer consulta a ele poderia incorrer na identificação das pesquisadoras.

Com base no recuo histórico, a revisão filmica contemporânea, quarto movimento da pesquisa, foi dividida em continentes investigativos – sala escura, tv aberta e plataformas de streaming. Em cada um desses continentes, realizamos mapeamentos quantitativos e análise qualitativas.

O quinto movimento metodológico da pesquisa destaca o comprometimento dinâmico do projeto em compartilhar, ao longo do processo e não só ao final, experiências de formação docente a partir do acionamento de resultados parciais e atividades de pesquisa com estudantes e professores. Realizando uma devolução in process da investigação, nos espaços de ensino, pesquisa e extensão universitários, ampliamos o alcance das reflexões, comprometendo estudantes de graduação e pós-graduação com a luta anticapacitista. Grupos focais, disciplinas específicas e discussões abertas à comunidade universitária constituíram um espaço formativo docente implicado com a temática da pesquisa.

O processo de pesquisa é finalizado com a entrega de um banco de dados sintetizado no site do projeto, no qual temos disponíveis dados, discussões, artigos e imagens produzidos, analisados e discutidos ao longo do processo investigativo. O cruzamento desses materiais, resultados de campos diversos percorridos pelas pesquisadoras, deixa claro que a invisibilidade das pessoas com deficiência mantém o status quo de normalização que homogeneiza e multiplica o estigma, o preconceito e a impossibilidade de vivermos em um mundo mais diverso e inclusivo.

Visando apresentar a nossa experiência, este relato apresenta a síntese de algumas das atividades medulares da pesquisa, as principais trilhas desenvolvidas, assim como parte dos resultados alcançados: a revisão de literatura integrativa, a revisão histórico-filmica e a revisão filmica.

REVISÃO DE LITERATURA INTEGRATIVA

No contexto dessa pesquisa, buscamos contribuir com a discussão teórica sobre deficiência, visibilidade e imagem a partir de uma revisão de literatura. O objetivo desse primeiro movimento metodológico é compartilhar dados e achados de uma revisão integrativa realizada ao longo da pesquisa. O texto a seguir detalha o processo metodológico adotado, discute os achados de uma revisão de literatura sobre dispositivos de imagem relacionados às pessoas com deficiência e apresenta algumas contribuições da pesquisa para o campo (Rodrigues et al., 2024). A metodologia adotada buscou não apenas identificar trabalhos relevantes, mas também proporcionar uma experiência formativa às bolsistas de iniciação científica, aprimorando as suas habilidades de pesquisa e análise.

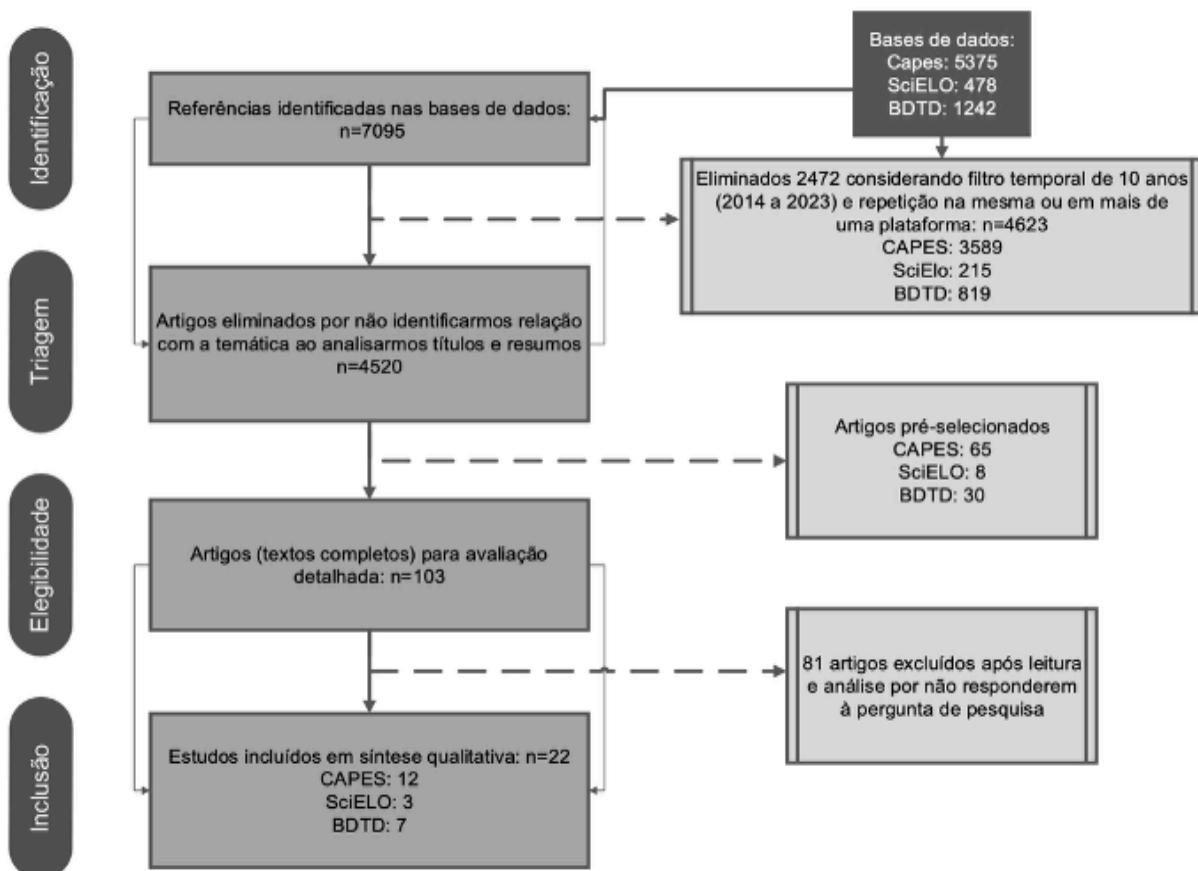
Optou-se pela revisão de literatura integrativa, conforme Souza, Silva e Carvalho (2010). Para isso, foi realizado o levantamento de trabalhos nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A escolha dessas plataformas foi estratégica: CAPES e SciELO são amplamente utilizadas na área da educação, enquanto a BD TD oferece acesso a teses e dissertações de pós-graduação, enriquecendo a análise com estudos acadêmicos avançados, que apresentam o caminho stricto sensu de pesquisa às estudantes vinculadas à pesquisa.

Os descritores foram selecionados para refletir a interseção entre deficiência e imagem, e incluíram termos como “in/visibilidade AND pessoa com deficiência”, “imagem AND pessoa com deficiência”, “pessoa com deficiência AND redes sociais”, “representação AND pessoa com deficiência”, “audiovisual AND pessoa com deficiência”, “mídia AND pessoa com deficiência”, “capacitismo AND mídia” e “representação AND mídia”. A busca inicial foi feita sem filtro temporal, mas, devido ao volume de resultados, foi estabelecida uma janela temporal de 2014 a 2023, para garantir a relevância e a atualidade dos trabalhos.

Os critérios de inclusão foram trabalhos publicados entre 2014 e 2023, produções acadêmicas em língua portuguesa e textos relevantes à temática da deficiência e imagem. Os critérios de exclusão foram trabalhos em línguas estrangeiras, produções duplicadas e textos fora da janela temporal ou não pertinentes ao tema. Os trabalhos foram analisados em duplas, para garantir a consistência e a qualidade da seleção. Após a pré-seleção, os textos foram avaliados pelo coletivo de pesquisadoras para determinar quais seriam incluídos na revisão final.

O fluxograma da pesquisa foi inspirado no fluxograma prisma de 2009 e, a seguir, ilustrase o processo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos trabalhos acadêmicos:

Figura 2: Fluxograma da Revisão de Literatura



Fonte: Rodrigues *et al.* (2024b)

Os 22 textos selecionados foram analisados segundo seis blocos temáticos principais: 1) Mídia: inclui estudos que abordam a representação das pessoas com deficiência na mídia tradicional (Martins, 2017; Hilgemberg, 2014; Oliveira; Poffo; Souza, 2018; Silva, 2020; Vasconcellos; Machado; Veiga-Neto, 2020; Nascimento; Albuquerque Junior, 2017); 2) Anúncios Publicitários: analisa a inclusão e a representação em campanhas publicitárias (Pessoa; Brandão; Mantovani, 2019; Santos, 2020; Schipper; Witzel, 2015; Silva; Covaleski, 2018); 3) Cinema: foca na representação das pessoas com deficiência no cinema (Gilbert, 2017; Gotardo; Freitas, 2021; Silva, 2016); 4) Fotografias: explora a representação em mídias impressas (Hilgemberg; Araújo; Lima, 2019; Santos et al, 2018; Serelle; Campos, 2018); 5) Portais Governamentais: investiga a representação em campanhas e discursos oficiais (Almeida, 2014; Oliveira; Araújo, 2016; Oliveira, 2014; Xavier, 2020) e 6) Redes Sociais: examina a presença e interação das pessoas com deficiência nas redes sociais (Pessoa, 2015; Pessoa; Mantovani; Costa, 2020).

A revisão revelou uma diversidade de representações de pessoas com deficiência em diferentes mídias, refletindo avanços e desafios na construção de uma sociedade inclusiva. Os achados indicam que, embora haja uma maior presença de pessoas com deficiência na mídia e na publicidade, a qualidade e a natureza dessa presença imagética variam significativamente. A pesquisa demonstra a necessidade de uma abordagem crítica contínua, que não apenas “represente” as pessoas com deficiência, mas que também promova uma visibilidade justa e legítima. A revisão de literatura realizada, não só contribui para o avanço do conhecimento acadêmico, mas serve também como recurso valioso para educadores, formuladores de políticas e ativistas, que buscam promover uma representação mais equitativa e inclusiva.

Ao identificarmos esses seis blocos temáticos centrais nos estudos sobre imagem e deficiência, o cinema (bloco 3) emergiu como um tema proeminente, levando ao desenvolvimento de ações conectadas com o ensino e a extensão universitária, ampliando e aprofundando a pesquisa. Destacou-se, para tanto, as transformações impostas pela cultura digital e informacional, vertendo-se o cinema num campo de atravessamentos tecnológicos e sociais, campo relevante de disputas de sentidos em que aparecem brechas, mesmo que pequenas, para a circulação de filmes com novos protagonismos, como o das pessoas com deficiência (Sanz et al., 2025b).

REVISÃO HISTÓRICO-FÍLMICA

A revisão histórica-filmica deriva do processo de incursão teórica e objetiva aprofundar as reflexões acerca da imagem da pessoa com deficiência no cinema, criando bases para a compreensão do período contemporâneo. Essa etapa busca mapear a presença de imagem das pessoas com deficiência no cinema desde o seu advento no final do século XIX até meados do século XX, investigando como essas imagens se relacionaram com a constituição e o desenvolvimento moderno dos modelos explicativos da deficiência. Tendo como base os estudos sobre a história da deficiência no cinema (Lobo, 2015; Longmore; Umansky, 2001; Norden, 1994; Samuels, 2014, entre outros), realizamos incursão exploratória nos acervos históricos do cinema mundial, arquivos disponíveis na internet, veiculados em sites especializados ou disponibilizados por bibliotecas virtuais e centros de pesquisa da história do cinema.

A princípio, foram selecionados 75 filmes – brasileiros e estrangeiros, de gêneros diversos, documentais e ficcionais. Coletadas informações como título, ano, país de produção, diretor e sinopse, esses filmes constituíram uma linha do tempo provisória e inesgotável, aberta aos próprios avanços da pesquisa e ao encontro de novas fontes bibliográficas, arquivos e referências. Em termos metodológicos, seguimos a seguinte sequência de trabalho: mapeamento e listagem dos filmes, coleta de informações sobre as suas produções, organização cronológica, produção da linha do tempo, seleção de filmes exemplares das várias facetas dessa história, análise dos filmes disponíveis, elaboração de hipóteses e elaboração de um texto síntese (Sanz et al., 2025b).

A seleção de filmes realizada pela pesquisa procurou dar conta da complexidade da história das imagens das pessoas com deficiência no cinema, a partir de um recorte temporal com início nas primeiras imagens no final do século XIX até a década de 1970, momento em que acontece uma espécie de virada dramática, proveniente das lutas pelos direitos das pessoas com deficiência e das transformações culturais e tecnológicas do mundo cinematográfico. Para pensar esse acervo internacional, trabalhamos a partir dos eixos: o deboche e a invisibilidade nas primeiras imagens das pessoas com deficiência no cinema; as representações da monstruosidade e as suas articulações no cinema com as lógicas biomédicas; o isolamento nas formas de integrar; as mudanças nas narrativas e os filmes dissidentes, que se contrapunham aos enquadramentos hegemônicos da deficiência (Sanz; Mar; Barros, 2024). Esses eixos

funcionaram cronologicamente para pensar os deslocamentos nas formas de ver e apresentar a deficiência ao longo da história cinematográfica, mas também nos possibilitaram agrupar filmes de diferentes tempos para pensar formas de ver e narrar as deficiências acionadas repetidamente, demonstrando ressonâncias históricas em diferentes atualidades.

Figura 3: Fragmento da linha de tempo



Fonte: Sanz et al. (2025a)

A breve genealogia que fizemos da imagem das pessoas com deficiência no cinema mundial – tratada aqui de maneira bastante reduzida – expressou o seu profundo elo com os modelos explicativos dominantes da deficiência. Os modelos hegemônicos da deficiência foram culturalmente implementados com ajuda das narrativas cinematográficas que, em outra medida, acrescentaram a eles elementos estéticos da dramaticidade e da espetacularização. Nessa retroalimentação, a difusão social dos modelos dominantes da deficiência funcionou como condição de possibilidade para a própria aceitação e naturalização de narrativas estigmatizantes. Nessa história complexa e cheia de contradições, ocorreram sobreposições, atualizações e deslocamentos nas formas sociais de interpretar a deficiência (Sanz et al., 2025b). Isso significa que as pessoas com deficiência vão aparecendo de formas diferentes, sem que tenha havido uma ultrapassagem definitiva de modelos, fazendo com que os ecos dessa história reaparecessem, muitas vezes, de maneiras diversas.

REVISÃO FÍLMICA

As brechas encontradas pela revisão de literatura e embasamento histórico criaram as condições de possibilidade para o avanço da pesquisa no período contemporâneo, a partir do cinema que circula atualmente no Brasil. A nossa pesquisa visou, especificamente, compreender quantitativa e qualitativamente a presença de pessoas com deficiência nesse universo do cinema contemporâneo e, para isso, elegeu três continentes de circulação: as salas de cinema, os programas de exibição de filmes na TV aberta e as plataformas de streaming.

A análise nas salas de cinema teve como objetivo mapear a existência de imagens das pessoas com deficiência na filmografia comercial mais recente. A partir dos dados disponibilizados pela Agência Nacional de Cinema (Ancine, 2024), a pesquisa pôde mapear quantitativamente o nível de presença das imagens das pessoas com deficiência nas produções que chegaram no circuito comercial cinematográfico durante cinco anos, entre 2019 e 2023.

Com o intuito de ampliar o escopo da pesquisa, incluindo a recepção de um público que não necessariamente frequenta as salas de cinema ou que não pode pagar por conteúdos em plataformas, a pesquisa analisou, dentro do mesmo recorte temporal, filmes exibidos em programas da TV aberta, mapeando, assim, a presença das pessoas com deficiência em filmes assistidos no cotidiano das casas brasileiras. De fato, a televisão aberta tem uma audiência consolidada no país, responsável por alcançar, em 2023, 94,8% da população (IBGE, 2024), interferindo nos modos como acontece a recepção cinematográfica no país. Elegendo programas de três das maiores emissoras do Brasil, duas privadas e uma pública – Globo, Band e TV Brasil –, a análise dos filmes veiculados pela telinha possibilitou à pesquisa ampliar, indiretamente, o escopo temporal do trabalho, já que os filmes exibidos entre 2009 e 2023 são produções de tempos distintos e apresentam enquadramentos variados da deficiência, o que amplia, também, o escopo dos processos históricos dessa presença¹¹.

Em terceiro lugar, a pesquisa se dedicou a mapear a presença das pessoas com deficiência nos filmes disponíveis, em 2023, em três das plataformas mais populares de streaming no cenário brasileiro – Netflix, Prime Video e Globoplay. Verificamos que avançamos, assim, no circuito de exibição, que vem ganhando espaço significativo no consumo cinematográfico do público brasileiro.

Nos três continentes, o nosso objetivo primeiro foi o de mapear quantos filmes, independentemente do gênero, apresentavam um ou mais personagens com deficiência, quantos desses personagens eram protagonistas, quais eram interpretados por atores com deficiência e quais filmes abordavam o tema da deficiência nas suas tramas. Essa abordagem quantitativa nos permitiu encontrar dados factuais da realidade empírica e reunir dados das condições objetivas da invisibilidade da pessoa com deficiência no cinema no nosso país, nesse período.

Nesse percurso, o critério de inclusão das produções cinematográficas foi o de serem filmes de longa e curta metragens, cujas definições são utilizadas pela Ancine, conforme definido na Medida Provisória nº 2.228-1 (2001). Foram, portanto, excluídos das análises outros formatos de produção audiovisual, como minisséries, séries ou novelas.

A identificação dos personagens com deficiência se deu, prioritariamente, no cruzamento entre a leitura da sinopse e a visualização do trailer, peças importantes na apresentação desses filmes aos espectadores. Na sinopse, texto essencialmente expositivo que apresenta de forma sintética os elementos principais do filme – tema, personagens, onde e quando a narrativa se passa –, procuramos menções textuais acerca de personagens com deficiência. No trailer – essa breve montagem filmica com função de atrair espectadores –, por outro lado, verificamos visualmente se os personagens apresentados tinham alguma deficiência. Excluímos dessa análise os figurantes e, em caso de dúvidas, fomos também aos filmes, utilizando critérios complementares de inclusão que ampliaram a acuidade do mapeamento.

Os dados utilizados para analisar os filmes lançados nas salas de cinema foram disponibilizados pela Agência Nacional de Cinema do Brasil (Ancine, 2024). As fontes utilizadas para a listagem dos filmes exibidos na TV foram as grades de programação, sinopses e trailers de programação veiculadas pelas próprias emissoras na internet, complementadas com outras informações da internet, especializadas em cinema e TV aberta brasileira¹².

11 Após avaliação deste artigo e, no caso de aprovação da Revista, inseriremos o link para o site da pesquisa, assim como os agradecimentos ao órgão financiador. Nesse momento, qualquer consulta a ele poderia incorrer na identificação das pesquisadoras.

12 A programação da TV aberta é um dado que circula na internet também pelas fontes secundárias – sites especializados, tais como os portais Adoro Cinema e IMDb, que publicam sinopses e grades de programação, sendo a informação eventualmente aferida pelo cruzamento de fontes, se houver necessidade de complementação ou esclarecimento de algum dado.

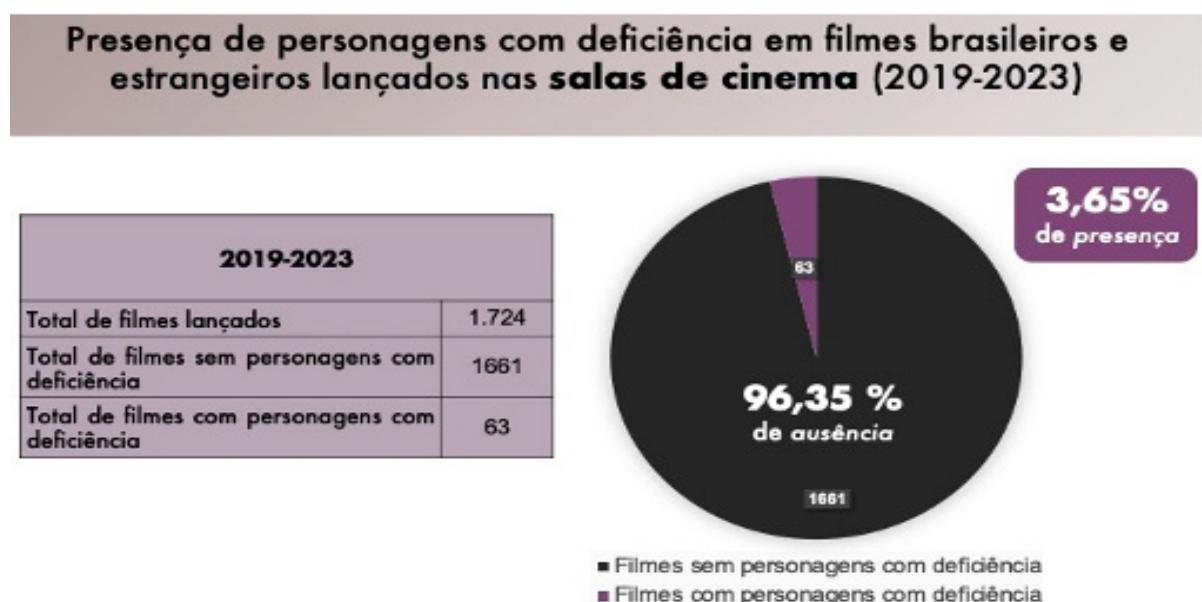
No caso das plataformas, na falta de catálogo de filmes publicados pelas empresas de filmes disponíveis no Brasil, a pesquisa encontrou os filmes com personagens com deficiência a partir dos descritores: deficiência, deficiente, síndrome, transtorno, doença mental e inclusão.

Filmes na sala escura

Os procedimentos de coleta e análise de dados dos filmes brasileiros e estrangeiros lançados na sala escura foram desenvolvidos nas seguintes etapas, realizadas em duplas de pesquisadoras: identificação dos títulos dos filmes lançados no cinema em 2019-2023 nas listas disponibilizadas pela Ancine (2024); levantamento das sinopses e das fichas técnicas dos filmes; verificação de menções a personagens com deficiência, à temática da deficiência ou aos tipos de deficiência nas sinopses e trailers. A partir do cruzamento entre sinopses, trailers e o próprio filme, foram adicionadas à tabela outras informações, como protagonismo, quantidade de personagens com deficiência na trama, tipos de deficiência representadas, atores com e sem deficiência.

Com relação à principal entrada de novos longas-metragens estrangeiros e de lançamento comercial de filmes brasileiros, os lançamentos atuais nos cinemas brasileiros deixam evidente que as conquistas sociais obtidas pelas pessoas com deficiência não estão refletidas nas telas das salas escuras. Dos 1724 filmes lançados nas salas de cinema no Brasil entre 2019 e 2023 (Ancine, 2024), 96,35% não possuem, nas suas tramas, personagem com deficiência. Se levarmos em conta o protagonismo, no universo de 1724, tivemos apenas 25 filmes (ou 1,45%) que o protagonismo foi desempenhado por um personagem com deficiência.

Figura 4: Resultados



Fonte: Sanz *et al.* (2025a)

Filmes na sala escura

A pesquisa analisou programas de exibição de filmes de duas das emissoras privadas populares no país, Rede Globo e Band, e programas da televisão pública brasileira, TV Brasil, que foram ao ar, em diversos horários e para diversos públicos, nos anos de 2019 a 2023.

Os programas foram selecionados a partir dos critérios de audiência, variedade de público e frequência de transmissão. Na Globo, o programa analisado foi o Tela Quente, a principal porta de entrada de filmes inéditos da TV Globo e se destina a público variado.

Na emissora Band, o programa analisado foi o CineClube Band, sessão de filmes que atualmente vai ao ar às quartas-feiras, às 22h45. Já na emissora pública, TV Brasil, não há um programa fixo de exibição de filmes, o que exigiu que a análise fosse realizada em programas sazonais, destinados a públicos segmentados. Em 2019, analisamos a grade de programação dos programas Cine Mundial, Cine Nacional e Cine CLPL (Programa de filmes produzidos na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Em 2020, foram analisados os programas Cine Nacional, Cine Mundial, Cine CLPL e Festival de Cinema. Em 2021, Cine Nacional, Cine Doc e Festival de Cinema. Em 2022, Cine Nacional, Cine Doc e Festival de Cinema. Em 2023, Cine Nacional, Cine Doc e Cine Resenha.

Na contagem de filmes exibidos na TV aberta, foram excluídas as reprises em um mesmo ano e filmes repetidos em mais de um ano. As etapas metodológicas foram estruturadas da mesma maneira que a análise dos filmes lançados na sala escura. Tratando dos resultados em números, os baixíssimos graus de visibilidade evidenciados pelos números das salas de cinema também se repetem de maneira proporcional nos números da TV. De fato, a ausência da pessoa com deficiência nesse território também é um dado inquestionável: entre 422 filmes exibidos ao longo dos cinco anos, nessas três emissoras, apenas 31 contaram com a presença de personagens com deficiência, o que representa uma ausência de 92,65%. Acerca do protagonismo em comparação à simples presença de personagens, o número cai pela metade: temos apenas 3,79% dos filmes com protagonismo, enquanto a percentagem de presença de personagens era a de 7,35%.

Figura 5: Resultados



Fonte: Sanz *et al.* (2025a)

Plataformas de streaming

As plataformas de streaming Netflix, Prime Video e GloboPlay foram selecionadas a partir dos critérios de popularidade e diversidade de conteúdos no acervo. Selecionadas as emissoras, foram realizadas, em duplas de pesquisadoras, buscas de filmes a partir de descritores,

alguns deles termos questionáveis do ponto de vista social da deficiência, elaborados no sentido de detectar a maior variedade de filmes possíveis: deficiência, deficiente, síndrome, transtorno, doença mental e inclusão.

Figura 6: Procedimentos metodológicos



Fonte: Sanz *et al.* (2025a)

Cabe lembrar que, diferentemente de outras plataformas, como as de literatura acadêmica, as buscas nas plataformas de streaming são orientadas por dispositivos algorítmicos, que não são destinados a produzir resultados precisos que garantam assertividade em termos quantitativos. Os propósitos comerciais dos algoritmos também limitaram a acuidade dos resultados obtidos com os descritores para cada dupla de pesquisadores. Visando mapear quantos desses filmes tinham, de fato, um ou mais personagens com deficiência, as duplas de pesquisadores conferiram a acuidade da listagem de 1239 filmes fornecida pelos sistemas de buscas das três plataformas. O trabalho de conferência resultou na lista de 43 filmes – 18 filmes na Netflix, 16 na Prime Video e 9 na Globoplay – na qual foram informados os seguintes quesitos: plataforma, ano e país de produção, ficha técnica, sinopse, o gênero do filme e informações sobre os personagens com deficiência – se eram protagonistas, qual o tipo de deficiência dos personagens e se o ator que interpretava o personagem com deficiência tinha deficiência.

Os três movimentos quantitativos de pesquisa destacados nesse relato derivaram para diferentes análises qualitativas abordadas em outras publicações das autoras. Nesse trabalho, a intencionalidade acadêmica foi compartilhar as trilhas que nos possibilitaram a problematização do cinema e a discussão acerca da invisibilidade ou visibilidade que ainda produz apagamento, silenciamento e isolamento das pessoas com deficiência.

CONCLUSÕES

Em uma sociedade na qual os circuitos comunicacionais não são somente mediadores culturais, mas espaços relevantes para os processos formativos, políticos e identitários, a

“desaparição” de 18,6 milhões de pessoas da população brasileira e quase um bilhão da população mundial do cinema é um fato relevante para toda a sociedade (IBGE, 2023; ONU, 2017). Tal fato afeta todo o campo social, pois a sociedade perde ao excluir da sua produção audiovisual e comunicacional a enorme variedade de vidas, subjetividades, experiências, sensibilidades e culturas que constituem o grupo de pessoas com deficiência.

Os resultados da nossa pesquisa deixam claro, entretanto, que a ausência de imagens não é o único elemento constituinte dos processos atuais de invisibilidade das pessoas com deficiência nos filmes que circularam no Brasil entre 2019 e 2023, assim como nas produções acadêmicas. Os resultados apontam para a necessidade de compreensão social radicalmente crítica em relação à visibilização que ratifica o lugar das pessoas com deficiência como ilhas de solidão ou reedições de discursos estritos de superação. Trata-se do cruzamento perverso entre uma ausência abissal e uma presença confinada, preestabelecida, marcada por lugares fixados e isolados socialmente.

As conclusões e resultados não estão circunscritos apenas no âmbito dos dados levantados e compreensões da pesquisa. Como tratamos neste relato de experiência, os processos metodológicos, procedimentos e escolhas que realizamos têm impactos na formação de pesquisadores e de campo científico, interdisciplinar, em torno do tema da deficiência.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA. Listagem de filmes brasileiros lançados 1995 a 2023. Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/ancine/pt-br/oca/cinema>. Acesso em: 28 mar. 2025.
- ALMEIDA, L. R. L. Bioidentidades e estratégia de comunicação: A deficiência intelectual como foco de experiência em uma sociedade centrada na negociação de conhecimentos. Orientador: Prof. Rogério da Costa. 2014. 105 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/4689>. Acesso em: 8 ago. 2023.
- BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- BENJAMIN, W. Origem do drama trágico alemão. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- BENJAMIN, W. Passagens. Belo Horizonte: Editora UFMG; Imprensa Oficial de Estado de São Paulo, 2006
- BERGALA, A. A experiência proveitosa: Para uma “análise da criação”. In: A hipótese-cinema: Pequeno tratado de transmissão do cinema dentro e fora da escola. Rio de Janeiro: Booklink-CINEADLISE-FE/UFRJ, 2008.
- BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 28 mar. 2025.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001. Estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema - ANCINE, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional - PRODECINE, autoriza a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional - FUNCINES, altera a legislação sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2228-1.htm. Acesso em: 28 mar. 2025.

COSTA, F. C. O primeiro cinema: considerações sobre a temporalidade dos primeiros filmes. Cadernos de Subjetividade, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 49–58, jul. 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cadernossubjetividade/article/view/38419>. Acesso em: 6 nov. 2025.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil platôs. 34. ed. São Paulo: Letras, 2011. v. 1

GILBERT, A. C. B. Narrativas sobre síndrome de Down no Festival Internacional de Filmes sobre Deficiência Assim Vivemos. Interface, Botucatu, v. 21, n. 60, p. 111-121, jan./mar. 2017. Disponível em: 6 <https://www.scielo.br/j/icse/a/nqGNDvwbP7Pvr9CZNJ5Yjkq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 8 nov. 2025.

GOTARDO, A. T.; FREITAS, R. F. Corpos dissonantes e as lutas pelo espaço urbano: Narrativas em documentários internacionais sobre o Rio de Janeiro. Revista Lusófona de Estudos Culturais, Minho, v. 8, n. 1, p. 43-60, jun. 2021. Disponível em: <https://rlec.pt/index.php/rlec/article/view/3212>. Acesso em: 8 ago. 2023.

HILGEMBERG, T. Do coitadinho ao super-herói: Representação social dos atletas paraolímpicos na mídia brasileira e portuguesa. Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual, Rio de Janeiro, v. 30, p. 48-58, ago. 2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36954>. Acesso em: 8 ago. 2023.

HILGEMBERG, T.; ARAÚJO, B. C. C.; LIMA, A. S. Gênero, esporte e deficiência na cobertura fotográfica dos Jogos Paralímpicos Rio-2016. Cadernos de Comunicação, Santa Maria, v. 23, n. 1, p. 1-21, set. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/36501>. Acesso em: 8 ago. 2023.

HONNETH, A. Luta por reconhecimento. In: A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pnad, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2022. 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102040_informativo.pdf. Acesso em: 28 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pnad, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2023. 2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102107_informativo.pdf. Acesso em: 20 ago. 2024.

LOBO, L. Os infames da história: Pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

LONGMORE, P. K.; UMANSKY, L. (orgs.). *The new disability history: American perspectives*. Nova York: New York University Press, 2001.

MARTINS, W. A. A representação discursiva de minorias sociais na mídia de massa: As pessoas com deficiência no jornal Folha de S. Paulo. Orientador: Prof. Maximiliano Martin Vicente. 2017. 117 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/150712>. Acesso em: 8 ago. 2023.

NASCIMENTO, M. E. F.; ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. Amor e sexualidade: Modos de subjetivação do sujeito com deficiência no discurso midiático. *Diálogo das Letras*, Natal, v. 6, n. 2, p. 178-193, dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/DDL/article/view/1039>. Acesso em: 8 ago. 2023

NORDEN, M. F. *The cinema of isolation: A history of physical disability in the movies*. Nova Brunswick: Rutgers University Press, 1994.

OLIVEIRA, A. F. T. de M. A Representação Cultural da Deficiência nos Discursos Midiáticos do Portal do Professor do MEC. Orientador: Profa. Clarissa Martins Araújo. 2014. 225 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/12985>. Acesso em: 8 ago. 2023

OLIVEIRA, A. F. T. M.; ARAÚJO, C. M. A Representação cultural da deficiência nos discursos midiáticos do Portal do Professor do MEC. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 65-78, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/cXnGX9Q33W9GQTjFHT3vyJp/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2023

OLIVEIRA, A. P. V.; POFFO, B. N.; SOUZA, D. L. “É melhor ser super-herói do que ser a vítima”: Um estudo sobre a percepção de atletas e ex-atletas com deficiência visual sobre a cobertura midiática. *Movimento*, Porto Alegre, v. 24, n. 4, p. 1179-1190, out./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.84237>. Acesso em: 8 ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Disability and development report*. 2007. Disponível em: <https://social.un.org/publications/UN-Flagship-Report-Disability-Final.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2025.

ORTEGA, F. Deficiência, autismo e neurodiversidade. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 67-77, fev. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/CPcMbsxyfF3CXSLwTcprwC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 7 nov. 2025.

PESSOA, S. C. Estética da diferença: Contribuições ao estudo da deficiência e das redes sociais digitais como dispositivos de mise en scène. Orientador: Dra. Ida Lucia Machado. 2015. 332 f. Tese (Doutorado em Linguística do Texto e do Discurso) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/MGSS-9X4PFX>. Acesso em: 8 ago. 2023.

PESSOA, S. C.; BRANDÃO, V. C.; MANTOVANI, C. M. C. A. Imaginários sobre a deficiência: Mobilização de afetos cotidianos em campanhas publicitárias. *Intexto*, Porto Alegre, n. 45, p. 164-186, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/82806>. Acesso em: 24 out. 2023.

PESSOA, S. C.; MANTOVANI, C. M. C. A.; COSTA, V. S. Corpos pós-humanos e com deficiência em ambientes digitais: Abordagens transversais a partir da hashtag #somostodosparalímpicos. E-Compós, Brasília, n. 23, p. 1-23, jan. 2020. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1906>. Acesso em: 24 out 2023.

RODRIGUES, F. L. V. et al. A pessoa com deficiência no regime contemporâneo de imagens: revisão de literatura. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 37, n. 1, p. e33/1-16, nov. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/88205>. Acesso em: 6 nov. 2025.

SAMUELS, E. *Fantasies of identification: Disability, gender, race*. Nova York: New York University Press, 2014.

SANTOS, L. C. Publicidade inclusiva: uma análise discursiva da representatividade das pessoas com deficiências sensoriais em anúncios publicitários televisivos. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2020. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10492>. Acesso em: 8 ago. 2023

SANTOS, S. M. et al. Esportividade, melancolia, nacionalismo e deficiência: a cobertura fotográfica dos jogos paralímpicos pelas lentes da Folha de São Paulo (1992 – 2016). Motrivivência, Florianópolis, v. 30, n. 56, p. 76-99, nov. 2018. Disponível em: [https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2018v30n56p76](http://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2018v30n56p76). Acesso em: 8 ago. 2023.

SANZ, C. L.; MARINHO, C.; BARROS, M. S. Cinema e a invisibilidade da pessoa com deficiência, exílios contemporâneos. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE, 24., 2024, Goiânia, GO. Anais... São Paulo: Intercom, 2024. Disponível em: https://fb8db3cd-9800-4300-adc9-484e97f4fbce.filesusr.com/ugd/bfce45_c136499f91ef4431a051db494df7fe6d.pdf. Acesso em: 6 nov. 2025.

SANZ, C. L.; PALATUCCI, G. Singular e como todo mundo: visibilidade e as pessoas com deficiência. Tempo Social, São Paulo, Brasil, v. 36, n. 1, p. 261-279, maio 2024. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ts/article/view/213802>. Acesso em: 6 nov. 2025.

SANZ, C. L. et al. Relatório final: (In)visibilidades da pessoa com deficiência no regime contemporâneo de imagens. Projeto desenvolvido entre 2022 e 2024. Brasília: (IN)VIS – UnB; Fenapaes, 2025a.

SANZ, C. L.; RODRIGUES, F. L. V.; SOUZA, F.; PESSOA, M. R. C. Imagem e Capacitismo: Análise da circulação de filmes no Brasil entre 2019 e 2023. 1. ed. Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), 2025b. 76p. Disponível em: <https://cdn-apae-dev.s3.amazonaws.com/dd628e7d-e05e-41b4-84b4-12cff280ee8a.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2025b.

SCHIPPER, C. M.; WITZEL, D. G. Discurso e mídia: construção de concepções da pessoa com deficiência intelectual em propagandas. Revista Educação Especial, cidade, v. 28, n. 52, p. 295-310, mês abreviado 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/6642>. Acesso em: 24 out. 2025.

SERELLE, M. V.; CAMPOS, J. M. P. de. O dispositivo de visibilidade de Memórias da Vila: retratos e relatos de vida no Aglomerado da Serra. *Discursos Fotográficos*, Londrina, v. 14, n. 24, p. 55-78, jun. 2018. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/33525>. Acesso em: 24 out. 2023.

SILVA, D. J. Sociedade de desempenho e governo da vida deficiente. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 34, n. 70, p. 45-71, jan. 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/56419>. Acesso em: 24 out. 2023.

SILVA, É. D. A espetacularização do sujeito com deficiência em discurso no domínio cinematográfico: dispositivo, normalização e biopolítica. Maringá, PR: Universidade Estadual de Maringá, 2016. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/6396>. Acesso em: 8 ago. 2023.

SILVA, K. C.; COVALESK, R. L. Convocações e deslocamentos da diferença: o corpo com deficiência na publicidade. *Contemporânea Revista de Comunicação e Cultura*, Salvador, v. 16, n. 1, p. 274, jul. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/25991>. Acesso em: 8 ago. 2023.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão Integrativa: o que é e como fazer. Einstein, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, jan. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 fev. 2025.

VASCONCELLOS, A. S.; MACHADO, R. B.; VEIGA-NETO, A. Estratégias de governamento dirigidas a sujeitos com deficiência em programas da mídia televisiva. *Revista Educação e Questão*, Natal, v. 58, n. 57, jul./set. 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-77352020000300025. Acesso em: 24 out. 2023.

VASCONCELOS, E. Streamings: Netflix lidera, enquanto Disney+ e Star+ são as que mais crescem no 4º trimestre de 2022. Telesíntese, 2023. Disponível em: <https://www.telesintese.com.br/streamings-netflix-lidera-enquanto-disney-e-star-sao-as-que-mais-crescem-no-4o-trimestre-de-2022/16:31>. Acesso em: 28 mar. 2025.

XAVIER, J. C. M. M. Silêncio e invisibilidade: iniquidades expressas na comunicação sobre deficiência em campanhas do Ministério da Saúde, entre 1988 e 2020. Rio de Janeiro: PPGICS/Icict, Instituto de comunicação e informação científica e tecnológica em saúde, 2022. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/55352#collapseExample>. Acesso em: 8 ago. 2023.



FACULDADE
Apae Brasil

DR. EDUARDO BARBOSA

